

OBSERVAÇÃO

O SAMAE de Mogi Guaçu/SP ALERTA a todos os licitantes que, por força do que fixa a legislação vigente e tendo em vista a indisponibilidade do interesse público, está adotando como praxe a instauração dos processos administrativos sancionadores nos casos de prática de conduta vedada na lei e/ou no edital.

Solicitamos que as Empresas elaborem e apresentem suas propostas e lances de forma consciente, com a certeza de que poderão cumprir com a prestação dos serviços em objeto da forma como foi previsto no edital e dentro dos prazos, preços e padrões de qualidade exigidos.

Vale lembrar também que os pedidos de realinhamento de preço são exceções à regra, destinados sempre a situações excepcionalíssimas, e somente serão deferidos, se em total consonância com a lei.

Ratificamos, portanto, a solicitação para que as propostas sejam elaboradas de forma consciente e responsável, visando afastar quaisquer problemas futuros, tanto para a Administração Pública como para as empresas licitantes.

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2.025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01138/2.025
EDITAL

Regido pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto Municipal nº 27.089 de 22 de janeiro de 2024 e Decreto Municipal 27.090 de 22 de janeiro de 2024.

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Mogi Guaçu - SAMA E

SECRETARIA AUTÁRQUICA DE SUPRIMENTOS

Tipo: MENOR PREÇO

Modo de Disputa: ABERTO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PAPELARIA / ESCRITÓRIO, DESTINADOS À REPOSIÇÃO DE ESTOQUE, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES CONTÍNUAS DA AUTARQUIA.

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes no Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

O objeto está fundamentado (art. 18, I e II da Lei nº 14.133/2021):

- I- Estudo Técnico Preliminar – ETP (ANEXO I);
- II- Termo de Referência – TR (ANEXO II).

Licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte conforme art. 48 da Lei Federal nº 123/2006, com alterações dadas pelas Leis Complementares nº 147/2014 e nº 155/2016).

DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Período de recebimento das propostas:

Das 10h do dia 22 de Setembro de 2025 até às 09h do dia 07 de Outubro de 2025, através do SITE:

http://mogiguacusamae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/

Início da Sessão de Disputa de Preços (lances):

Dia 07 de Outubro de 2025 às 09h31min, através do site:

http://mogiguacusamae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/.

Local:

Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis na página inicial do site:

http://mogiguacusamae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/.

Em virtude desta Autarquia optar por realizar Pregão Eletrônico, caso os fornecedores tenham alguma dúvida quanto a este certame, solicita-se que entrem em contato através do telefone (19) 3831.9888, com Setor de Compras, Licitações e Contratos do SAMA E Mogi Guaçu.

1. PREAMBULO

1.1- O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MOGI GUAÇU-SAMAE, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria n.º43/2.024, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de n.º **1138/2025**, na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e Legislação Municipal, Decretos 27.089/24, 27.090/24 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria.

a). A convocação dos interessados dar-se-á através da publicação de aviso no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Diário Oficial do Município (DOM), Site do SAMAE e jornal diário de grande circulação local. A disponibilização gratuita do Edital completo na Internet se dá através do Site do SAMAE (www.samaemogiguacu.com.br) e através do Portal:

http://mogiguacusamae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/.

2. DO OBJETO e JUSTIFICATIVA

a) A presente Licitação tem por objeto a aquisição de materiais de papelaria/escritório para uso dos funcionários e reposição de estoque da Autarquia.

b) Justificativa: Considerando que para o funcionamento desta Autarquia é de grande importância a referida aquisição para que todos setores possam funcionar adequadamente, o material de expediente é o mínimo necessário para que o servidor público possa exercer suas funções, portanto, justifica-se a reposição do estoque, bem como pela necessidade da manutenção dos trabalhos administrativos, operacionais e rotineiros nos setores, dando continuidade ao serviço público aceitável.

c) O presente processo licitatório irá conceder os benefícios constantes no Art. 47 e Art. 48 da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, que estabelece a exclusiva participação de MEI, ME e EPP nos ITENS ou LOTES, cujo valor orçado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1- Os Recursos serão **próprios** do SAMAE, prevista no orçamento para o exercício de e 2025. 47-041806.1751250072.579-33903000.

4. DO CREDENCIAMENTO.

a) O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no site:

http://mogiguacusamae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/,

que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

b) O cadastro deverá ser feito no site:

http://mogiguacusamae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/;

c) O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

d) O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

e) É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no site:

http://mogiguacusamae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/

e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

f) A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

a) Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no portal:

http://mogiguacusamae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/.

b) Para fins de gozo dos benefícios dispostos na **Lei Complementar nº 123/2006** e alterações, os proponentes deverão:

I- Apresentar **Certidão Simplificada**, emitida dentro do ano corrente pela Junta Comercial, comprovando que a empresa está enquadrada como **“ME ou EPP”**.

5.1- O presente processo licitatório irá conceder os benefícios constantes no Art. 47 e Art. 48 da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, que estabelece a exclusiva participação de MEI, ME e EPP nos ITENS ou LOTES, cujo valor orçado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

5.2- Será dado o privilégio de contratação/aquisição do proponente classificado como MEI/ME/EPP, do comércio local/regional, que tiver itens ou lotes com valores até 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido, conforme estabelece Art. 48, III, § 3º da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

5.3- Justifica-se a delimitação da região, com base nos artigos 47 e 48 na Lei 123/2006 e alterações, que estabelece o tratamento diferenciado, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, à ampliação da eficiência.

6. VEDAÇÕES PARA DISPUTAR O CERTAME E PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

6.1- São vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#):

a) Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria ([art. 9º, § 1º](#));

b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico ([art. 14, I c/c § 3º](#));

c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários ([art. 14, II](#)). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico ([art. 14, § 3º](#));

d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta ([art. 14, III](#));

e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, IV](#));

f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações](#), concorrendo entre si ([art. 14, V](#));

g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes

nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);

h) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

i) É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

j) Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);

k) Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

6.2- PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

6.2.1- É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV da Lei nº 14.133/2021).

6.2.2- A responsabilidade dos integrantes é solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato (art. 15, V da Lei nº 14.133/2021).

6.2.3- A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio (art. 15, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

1) Na fase de habilitação:

I- TÉCNICA: é admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado (art. 15, III – primeira parte, da Lei nº 14.133/2021);

II- ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Admissão do somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, III – segunda parte, da Lei nº 14.133/2021);

b) Acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção (art. 15, § 1º da Lei nº 14.133/2021); o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei (art. 15, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

6.2.4- A assinatura do contrato será condicionada à (art. 15, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

I- Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I da Lei nº 14.133/2021);

II- Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II da Lei nº 14.133/2021).

6.3- PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

6.3.1- Conforme art. 16 da Lei nº 14.133/2021, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I- A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial:

a) Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;

b) Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

c) Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

6.3.2- Conforme art. 34 da Lei nº 11.488/2007, aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano- calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar no 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X (art. 42 ao 67- A), na Seção IV do Capítulo XI (art. 73 e 73-A), e no Capítulo XII (art. 74 ao 75-B) da referida Lei Complementar.

II- A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III- Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV- O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

7) VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP

7.1 Tão logo o SAMAE tenha conhecimento do fornecedor interessado em participar do certame, será verificada a existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros mantidos pela [Controladoria-Geral da União \(CGU\)](#):

a) [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#);

b) [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#).

7.2- A consulta será feita no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>

7.3- A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário**, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#) (*Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências*).

7.3.1- A verificação visa coibir o disposto no [art. 337-M do Código Penal](#)¹.

7.4- Constatada a existência de qualquer sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

8.1) Para este certame, a sequência das fases será ([art. 17, caput da Lei nº 14.133/2021](#)):

1º PROPOSTA;

2º HABILITAÇÃO.

8.2) A fase recursal será única ([art. 185, § 1º, II da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.3) Para elaboração e apresentação das propostas o licitante deve:

I - Levar em consideração o disposto neste edital e em seus anexos;

II- Não ofertar proposta com valor superior ao indicado neste edital;

III- Encaminhar proposta na plataforma indicada no preâmbulo;

IV- A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da sessão, sendo que decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para contratação, ficará o licitante liberado do compromisso assumido.

8.4) O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública ([art. 13, I da Lei nº 14.133/2021](#)), sob pena de incursão no [art. 337-J do Código Penal](#)².

8.4.1) Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá

exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

¹ **Contratação inidônea**

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do

§ 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.

8.4.2) Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

8.4.3) No caso de a desconexão do **pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio:

http://mogiguacusamae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/.

8.5) Quanto aos lances:

I - Os licitantes poderão encaminhar lances públicos e sucessivos, crescentes sendo que os lances deverão ser inferiores ao último ofertado por ele próprio, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários (iguais ou superiores ao menor já ofertado) quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta;

II-Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa.

8.6) Conforme [art. 12 da Lei nº 14.133/2021](#):

I- Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

II- Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no [art. 52 da Lei nº 14.133/2021](#) (licitações internacionais);

III- O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

IV- A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

V- O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

VI- Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

VII- É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP- Brasil).

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

9.1 - O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

I- Valor unitário e total para cada item em moeda corrente nacional;

II- Marca de cada item ofertado;

III- Descrição detalhada do objeto, contendo as informações específicas do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou

inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

9.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

9.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

9.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

10.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital;

10.2 Serão desclassificadas as propostas que ([art. 59, caput, da Lei nº 14.133/2021](#)):

I- Contiverem vícios insanáveis;

II- Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III- Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV- Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública Municipal;

V- Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;

VI- Não apresentarem declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas ([art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

10.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

I- O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

10.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.6 O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.7 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (HUM CENTAVO)**.

10.8 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

10.9 Será adotado para o envio de lances no **Pregão Eletrônico o modo de disputa “ABERTO”**

10.10 Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.11 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de

mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

10.12 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

10.13 A diferença entre os lances enviados não poderá ser inferior a R\$ 0,01 (Hum Centavo) e incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.14 Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

10.15 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.16 A fase de lances terá a duração de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração inicialmente previsto.

10.17 A prorrogação automática de que trata o subitem anterior terá duração de 02 (dois) minutos, período este que será renovado sucessivamente sempre que houver lances antes de seu término, inclusive lances intermediários.

10.18 Caso não sejam ofertados novos lances no prazo de 02 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.19 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento) O PREGOEIRO poderá admitir o reinício da disputa aberta.

10.20 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

10.21 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.22 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.23 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.24 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal:

http://mogiguacusamae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.25 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.26 Em relação a itens **não exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

10.27 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.28 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.29 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se

manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.30 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.31 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

10.32 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.33 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem ([art. 60, caput da Lei nº 14.133/2021](#)):

I- Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II- Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atestado de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133/2021](#);

III- Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, quando existir.

10.34 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por ([art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

I- Empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

II- Empresas brasileiras;

III- Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV- Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#) (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências).

10.35 Definido o resultado do julgamento, o SAMAE poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado ([art. 61, caput da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.36 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração ([art. 61, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.37 A negociação será conduzida pelo pregoeiro e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes ([art. 61, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.38 Se a proposta for desclassificada o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

10.39 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (DUAS)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.40 Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

11.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

11.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

I - Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **VINTE E QUATRO HORAS DE ANTECEDÊNCIA**, e a ocorrência será registrada em ata;

11.5 O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (DUAS) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

I- O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo pregoeiro;

II- Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.7 Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

11.8 O pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

I - Nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1 Encerrado o julgamento das propostas, será exigido do licitante com a melhor proposta os documentos de habilitação, o qual deverá apresentar os documentos na data e hora informados no preâmbulo ([art. 63, II da Lei nº 14.133/2021](#)):

12.1.1 Os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de

dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

12.2 Em se tratando de licitante apto a usufruir dos benefícios da [Lei Complementar nº 123/2006](#):

I- Deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição ([art. 43](#));

II- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa ([art. 43, § 1º](#));

III- A não-regularização da documentação, no prazo previsto anteriormente, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#), sendo facultado à Administração Pública Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação ([art. 43, § 2º](#)).

12.3 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([art. 64 da Lei nº 14.133/2021](#)):

I- Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II- Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.3.1 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação ([art. 64, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

12.4 Documentos a serem apresentados ([art. 62 ao 70 da Lei nº 14.133/2021](#)):

12.4.1) PESSOA JURÍDICA:

I - HABILITAÇÃO JURÍDICA ([art. 66 da Lei nº 14.133/2021](#)):

1.1- Comprovação da existência jurídica da pessoa, como:

- a) Estatuto ou contrato social, Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou registro empresarial devidamente registrado na Junta Comercial;
- b) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação, conforme legislação em vigor; No caso de microempresários individuais, por serem dispensados de apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial, deverão comprovar sua habilitação jurídica e o ramo de atividade compatível mediante a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.
- c) Em se tratando de sociedade por ações, o estatuto social deverá vir acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, quando cabível.

II - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA ([art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#)):

2.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) no Ministério da Fazenda “Cartão CNPJ”;

2.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, a saber;

- a) Se o Ramo de Atividade da empresa for Comércio, deverá apresentar prova da Inscrição Estadual.
- b) Se o Ramo de Atividade da empresa for Prestação de Serviços, deverá apresentar prova da Inscrição Municipal.
- c) Se o Ramo de Atividade da empresa envolver Comércio e Prestação de Serviços, deverá apresentar

prova da Inscrição Estadual e Municipal.

2.3. Regularidade com a Fazenda federal e com a Seguridade Social: Pessoa Jurídica:

<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir;>

2.4. Regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante, compreendendo os **DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA**, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativos a atividade da empresa, ou a declaração de isenção ou de não incidência, assinada pelo representante legal do licitante sob as penas da Lei;

2.5. Regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, através de Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Municipal, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede do licitante, referente aos tributos mobiliatários;

2.6. Prova de Regularidade Relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal:

:<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, disponível no Portal do Tribunal Superior do Trabalho: <https://www.tst.jus.br/certidao>

2.8. Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

2.9. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado o vencedor.

I - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tem como objetivo comprovar que a empresa já entregou de forma satisfatórias itens do objeto da licitação.

b) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

c) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados sem exigência de qualquer quantidade.

d) Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

e) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

f) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

g) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

h) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

i) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

j) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

I) ata de fundação;

II) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

III) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

IV) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

V) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

VI) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

k) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764,

de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

II- QUALIFICAÇÃO Econômica:

12.7 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

12.8 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada toda preenchida conforme **MODELO ANEXO III**, no prazo de **02 (DUAS) HORAS** a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

I- Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

II- Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

13.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

I-Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

13.3 Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. [52 da Lei nº 14.133/2021](#) (licitações internacionais);

I- Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.5A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

14. DOS RECURSOS

14.1 Cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de ([art. 165, I da Lei nº 14.133/2021](#)):

I- Julgamento das propostas;

II- Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

III- Anulação ou revogação da licitação;

IV- Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

14.2 Se apresentado recurso em virtude do disposto em I ou II do item anterior, serão observadas as seguintes disposições ([art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

I- A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021](#), da ata de julgamento;

II- A apreciação dar-se-á em fase única.

14.3 O recurso para os casos indicados no item 1:

I- Será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida ([art. 165, § 2º \[primeira parte\] da Lei nº 14.133/2021](#));

II- Apresentado o recurso, inicia prazo de 3 (três) dias úteis para contrarrazões, a partir da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso ([art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#));

III- Encerrado o prazo para apresentação das contrarrazões, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida analisará o recurso e as contrarrazões (se apresentadas) e proferirá decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ([art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – primeira parte](#));

IV- Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos ([art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – segunda parte](#));

V- O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento ([art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

14.4 Dos atos que não cabem recurso, cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ([art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

14.5 Quando aplicada sanção prevista no [art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#):

I- Cabe recurso ([art. 166 da Lei nº 14.133/2021](#)):

a) Sanções previstas nos [incisos I, II e III do caput do art. 156 desta Lei](#);

b) Recurso deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

c) Dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, para apreciação e decisão no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

d) Se não houver reconsideração da decisão, será encaminhado recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

II- Cabe pedido de reconsideração ([art. 167 da Lei nº 14.133/2021](#)):

a) Sanção prevista no [inciso IV do caput do art. 156 desta Lei](#);

b) O pedido deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

c) Decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6 Sobre recursos e pedidos de reconsideração:

I- O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente ([art. 168, caput da Lei nº 14.133/2021](#));

II- Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-las com as informações necessárias ([art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#));

III- Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses ([art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021](#)).

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

15.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

I - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

II - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

I - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

II - A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CADSATRO Junto ao Portal:

http://mogiguacusamae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/

, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

16.1 Conforme [art. 71 da Lei nº 14.133/2021](#), encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo de contratação será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I- Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II- Revogar o processo de contratação por motivo de conveniência e oportunidade;

III- Proceder à anulação do processo de contratação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV- Adjudicar o objeto e homologar o processo de contratação.

16.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa ([art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

16.3 O motivo determinante para a revogação do processo de contratação deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado ([art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

16.4 Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados ([art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

16.5 A anulação do processo de contratação induz à do contrato.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS), contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste.

17.3 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.4 O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

17.5 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.6 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, O SAMA E, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17.7 A contratação será formalizada através de um Contrato Administrativo/Ata de Registro de Preços que estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com o Edital e o [Título III, Capítulo I da Lei 14.133/2021](#).

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

- I-** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado até o limite de 2 (dois) anos, desde que comprovado o preço vantajoso ([art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021](#));
- II-** Serão registrados os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;
- III-** Será incluído, podendo ser na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na ordem de classificação do certame, bem como daqueles licitantes que mantiverem sua proposta original;
- a)** Se houver mais de um licitante que aceite cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase de lances.
- IV-** O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico oficial do SAMA E e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;
- V-** A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata de registro de preços será respeitada nas contratações;
- VI-** A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente;
- VII-** O fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata no prazo de 05 dias, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo SAMA E;
- VIII-** É facultado ao SAMA E, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado;
- IX-** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar os termos do item anterior, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, o SAMA E poderá:
- a)** Convocar aqueles licitantes que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b)** Adjudicar e celebrar a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes subsequentes, atendida à ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- X-** Conforme [art. 83 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o SAMA E a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada;
- XI-** A recusa injustificada do fornecedor mais bem classificado em assinar a ata de registro de preços dentro do prazo estabelecido no edital ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas no art. [156 da Lei Federal nº 14.133/2021](#);
- XII-** O compromisso de que trata o item X também se aplica aos licitantes que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, bem como licitantes que mantiverem sua proposta original e/ou dos licitantes que apresentaram preço conforme [art. 82, III da Lei Federal nº 14.133/2021](#);
- XIII-** O licitante que aceitar compor o cadastro de reserva com preço igual ao do licitante vencedor ou pelo valor de sua proposta original, mas deixar de responder ou recusar convocação do SAMA E para assumir o remanescente da ata de registro de preços, ficará sujeito à imposição das sanções previstas no [art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), sendo sempre assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- XIV-** Conforme [art. 84, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/2021](#), o contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, devendo ser celebrado no prazo de validade da ata de registro de preços;
- XV-** O instrumento contratual poderá ser substituído nos termos do [art. 95, caput da Lei Federal nº](#)

[14.133/2021](#);

XVI- O contrato ou outro instrumento que venha substituí-lo observará o disposto no [Título III da Lei Federal nº 14.133/2021](#) (Dos Contratos Administrativos);

XVII- Será reputada firmada a contratação administrativa na data da confirmação de entrega do instrumento contratual ao fornecedor registrado, admitindo-se a entrega do instrumento por qualquer meio que assegure a certeza da ciência do interessado;

XVIII- Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, ocorrendo negociações junto aos fornecedores;

XIX- A comprovação da alteração dos preços será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso, sem prejuízo de outros documentos que comprovem a necessidade de alteração dos preços registrados;

XX- O SAMAE poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação original, para que se manifestem sobre a manutenção do preço ofertado na licitação, hipótese em que o registro será confirmado àquele que ofertar a proposta mais vantajosa;

XXI- Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o SAMAE convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, sendo observado:

a) O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

b) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

XXII- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o SAMAE poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

c) Não havendo êxito nas negociações, o SAMAE deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

XXIII- O registro do fornecedor será cancelado quando:

a) Por razão de interesse público;

b) A pedido do fornecedor;

c) Descumprir as condições da ata de registro de preços;

d) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;

e) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

f) Sofrer sanção prevista no [inciso III \(impedimento de licitar e contratar\) ou IV \(declaração de inidoneidade para licitar ou contratar\) do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021](#); ou

g) For condenado por algum dos crimes previstos no [art. 178 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), por sentença transitada em julgado.

XXIV- O cancelamento de registros será motivado e formalizado por despacho, assegurado o contraditório e a ampla defesa

XXV- Conforme determinação do [art. 86, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, alterado pela lei 14.770 de 2023](#), A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida seguindo o enunciado do [art. 86, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

2) GESTÃO DA ATA

Nome: Celso Ricardo Pereira da Silva
Cargo: Secretário Autárquico de Suprimentos
E-mail: licita@samaemogiguacu.com.br
O Gestor Substituto será o Sr.(a). Roberto Bertholdo

3) FISCALIZAÇÃO DA ATA

O fiscal da Ata será o sr.(a). Nome: Reinaldo dos Santos Ribeiro Viana
Cargo: Encarregado do Setor de Almoxarifado
E-mail: almoxarifado@samaemogiguacu.com.br
O fiscal substituto da ATA será o(a) sr.(a). Giselle Gonçalves Veiga

19. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

19.1 Os preços, durante a vigência do contrato, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na [alínea “d” do inciso II do artigo 124 da Lei 14.133/21](#) ou de redução dos preços praticados no mercado.

20. DA EXECUÇÃO

20.1 Prazo de entrega/execução

20.1.1 - Até 15 (quinze) dias úteis contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

21.1 São obrigações da CONTRATADA, além de outras inerentes ou decorrentes da presente contratação:

I - Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com encargos fiscais, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, ou seja, todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários ao perfeito fornecimento dos serviços pela CONTRATADA;

II - Prestar os serviços ou fornecer os materiais em estrita conformidade com as disposições e especificações do presente Edital, Termo de Referência, Contrato/Ata (quando existente), Proposta de Preços apresentada e nas demais legislações aplicáveis à natureza do serviço contratado;

III - Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação;

IV - Manter, durante toda a execução do presente objeto, compatibilidade com as obrigações assumidas, além de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

V - Comunicar por escrito à CONTRATANTE qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato;

21.2 Demais obrigações devem ser observadas junto ao Anexo II, Termo de Referência do edital.

22. DO PAGAMENTO.

22.1 O pagamento dos fornecimentos efetuados será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, que irá ocorrer em ordem cronológica, após 30 (trinta) dias do recebimento das notas fiscais pela contabilidade, e de acordo com a liberação dos recursos financeiros, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

23. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

23.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções ([art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021](#)):

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

- I-** Dar causa à inexecução parcial do contrato/ata;
 - II-** Dar causa à inexecução parcial do contrato/ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III-** Dar causa à inexecução total do contrato/ata;
 - IV-** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - V-** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - VI-** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - VII-** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - VIII-** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - IX-** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ata;
 - X-** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - XI-** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - XII -** Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
- 23.2** Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

Advertência (art. 156, § 2º).	I Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
Multa de 20% do valor do contrato	Qualquer infração (art. 156, § 3º).
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de São José do Cedro, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).	II, III IV V VI VII Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).	VIII IX X XI XII Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

23.3 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I-** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II-** As peculiaridades do caso concreto;
- III-** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV-** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V-** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.4 Para aplicação das sanções ([arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021](#)):

I- Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

a) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

II- Incisos III e IV do item 1:

a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

b) O licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

e) A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal ([art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021](#));

f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:

I) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;

II) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

III) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

23.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo SAMAE ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021](#)).

23.6 A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao SAMAE ([art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021](#)).

23.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133/2021](#)).

23.8 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133/2021](#) ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#)).

23.9 O SAMAE, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(Cnep\)](#), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal ([art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#)).

23.10 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 ([art. 162 da Lei nº 14.133/2021](#)).

23.11 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 ([art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

23.12 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o SAMAE, exigidos, cumulativamente ([art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#)):

I- Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;

II- Pagamento da multa;

III- Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV- Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V- Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

23.13 A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável ([art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

24.1 Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente **ou para solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame ([art. 164 da Lei nº 14.133/2021](#)).

24.1.1 A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada **EXCLUSIVAMENTE** por FORMA ELETRÔNICA no sistema:

http://mogiguacusamae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/.

24.1.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema CEBINET no endereço eletrônico:

http://mogiguacusamae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/.

24.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em campo próprio do Sistema CEBINET no endereço eletrônico:

http://mogiguacusamae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/ no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame ([art. 164, p. ú. da Lei nº 14.133/2021](#)).

24.3 Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas ([art. 55, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

24.4 Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

24.5 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

25.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

25.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da

disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9 O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

25.10 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.11 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

25.12 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.13 O SAMAE, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

25.14 A anulação do pregão induz à do contrato e da Ata de Registro de Preços.

25.15 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar

25.16 É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

25.17 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico:

http://mogiguacusamae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/,

no endereço eletrônico: <https://samaemogiguacu.com.br//> do Samae Mogi Guaçu e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala do Departamento de Compras e Licitações do SAMAE de Mogi Guaçu, nos dias úteis, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 16:00 horas.

25.18 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser dirigidas ao SAMAE no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (19) 3831-9888.

25.19 As Partes se comprometem a cumprir a legislação brasileira sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, disposta na Lei nº 13.709/2018 - **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**.

25.20 A realização do tratamento dos dados pessoais deve seguir as seguintes instruções fornecidas pela CONTRATANTE à CONTRATADA:

I- A coleta, o armazenamento, o compartilhamento e o tratamento dos dados das partes integrantes desta relação jurídica serão realizados exclusivamente para finalidades relacionadas com o contrato, não podendo utilizá-los para outros fins econômicos e/ou comerciais divergentes, nem transferi-los a qualquer terceiro, exceto se expressamente autorizado pela CONTRATANTE;

II- Os dados pessoais devem ser armazenados pelo prazo necessário para cumprimento de legislação aplicável ao serviço.

25.21 A CONTRATANTE tratará os dados pessoais somente para executar as suas obrigações contratuais.

25.22 As Partes têm conhecimento que as autorizações para tratamento dos dados poderão ser

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

revogadas a qualquer momento pela respectiva pessoa natural, mediante simples requerimento, e, portanto, se comprometem à informar uma a outra a respeito de eventuais revogações de consentimento, a fim de que as devidas medidas sejam tomadas.

25.23 A contratada está ciente de que, igualmente, deve se adequar à Lei – LGPD, cumprindo as suas determinações e aplicando as medidas de prevenção e proteção à segurança dos dados que manuseia, protegendo desta forma a CONTRATANTE e a relação contratual;

25.24 Na ocorrência de qualquer incidente, especialmente quando houver vazamento no tratamento dos dados que manuseia, a contratada fica obrigada a notificar imediatamente a CONTRATANTE e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, conforme o art. 48 da Lei – LGPD.

25.25 O CONTRATANTE se compromete a cumprir toda a Legislação aplicável sobre a segurança da informação, privacidade e proteção de dados, especialmente em relação à necessidade de obter consentimento prévio dos titulares para tratamento de seus dados, se for o caso;

25.26 O licitante para ter conhecimento da política de privacidade do Município, deverá acessar o link <https://samaemogiguacu.com.br/> e para maiores informações, poderá contatar com o Encarregado de Dados, por meio do endereço eletrônico de e-mail:

licitacao@samaemogiguacu.com.br.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

26.1 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar – ETP;

ANEXO II - Termo de Referência – TR;

ANEXO III - Modelo de proposta de preços;

ANEXO IV- Minuta da Ata De Registro De Preços;

ANEXO V- Minuta do Contrato;

ANEXO VI-Modelo Declarações;

ANEXO VII - Modelo de Declaração de enquadramento de microempresa ou empresa de pequeno porte.

Mogi Guaçu, 22 de Setembro de 2.025

Celso Ricardo Pereira da Silva
Secretário Autárquico de Suprimentos

Mario Antônio Zaia
Superintendente

Visto: Emerson Metzker
PROCURADOR JURÍDICO
OAB: 243.44

ANEXO I

Estudo Técnico Preliminar

1. Setor Requisitante:

Secretaria Autárquica de Suprimentos – Almoxarifado

2. Objeto a ser contratado:

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade analisar a viabilidade técnica e econômica da contratação, sob o regime de Registro de Preços, para a aquisição de materiais de papelaria/escritório, destinados à reposição de estoque do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Mogi Guaçu – SAMA E. O estudo abrangerá a avaliação detalhada das necessidades específicas de cada setor do SAMA E (Central, Captação, ETAs, ETEs, etc.), a definição dos requisitos técnicos e de qualidade dos materiais, a estimativa das quantidades e dos custos, a análise das alternativas de contratação, bem como a identificação dos riscos e a definição dos resultados pretendidos. O ETP servirá como base para a elaboração do Termo de Referência (TR) e demais documentos necessários ao processo licitatório, visando assegurar a aquisição eficiente e econômica dos materiais, em conformidade com a Lei nº 14.133/21.

3. Descrição da necessidade da contratação:

A presente contratação, por meio de Registro de Preços, visa assegurar o abastecimento contínuo de materiais de papelaria/escritório, essenciais para a execução eficiente das atividades diárias nos diversos setores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Mogi Guaçu – SAMA E. A necessidade decorre da demanda constante por esses materiais, utilizados em tarefas administrativas, operacionais e de atendimento ao público, abrangendo desde a elaboração de documentos e organização de registros até a execução de atividades de campo e manutenção. A falta desses insumos compromete a produtividade e a qualidade dos serviços prestados, impactando diretamente a capacidade do SAMA E de cumprir sua missão de atender de forma eficiente e contínua à população. A contratação busca otimizar a gestão de estoque, reduzir custos e garantir a disponibilidade dos materiais necessários para o funcionamento adequado da autarquia, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/21.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação:

Os equipamentos a serem comprados devem possuir qualidade mínima conforme especificação técnica de cada item, obedecendo as normas de fabricação. Toda especificação técnica está descrita nos itens, sendo suficiente para contratação satisfatória.

Para a seleção das propostas mais vantajosas será levada em consideração a especificação dos equipamentos e preços oferecidos.

LOTE 01 - PASTAS				
ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO / DESCRIÇÃO	COD.
1	350	UN	Arquivo morto em polionda na cor azul, em chapa de polipropileno (pp) alveolar com aditivo antichama. Medidas: 350 x 235 x 130 (mm). Gramatura mínima: 320 g/m ² . Espessura de 2,00 mm. Deverá conter impresso em uma das faces informações como: Identificação do órgão, instruções administrativas, entre outros. Deverá constar marca no produto. Produto registrado no INMETRO.	20.13.000002
11	15	PCT	Pasta plástica “L”, nas medidas 220 x 335 mm. Acabamento em solda reforçada e pontilhada. Fabricada em polipropileno (pp). Deverá conter marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto registrado no INMETRO. Pacote com 10 unidades.	20.55.000046

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

34	30	UN	Pasta com aba e elástico, confeccionada em papel cartão duplex, nas cores azul, amarela, vermelha, rosa, preta, branca, verde e laranja, medidas aproximadas 230 mm x 340 mm. Devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	20.55.000050
35	20	UN	Pasta polionda com elástico, cores variadas a serem solicitadas, nas medidas aproximadas 335 x 225 x 55 (mm). Fabricada em polipropileno corrugado e chapa alveolar. Produto livre de Bisfenol. Deverá conter marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto certificado pelo INMETRO.	20.55.000034

LOTE 02 – MATERIAIS DE EXPEDIENTE				
ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO / DESCRIÇÃO	COD.
14	10	UN	Caixa para correspondência dupla, nas medidas aproximadas 35 x 22,5 x 7,0 (cm), bandeja deslizante, articulável, na cor cristal ou fumê. Embalada individualmente com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	20.54.000044
27	25	UN	Caneta corretiva de no mínimo 8 ml, indicada para correção de qualquer tipo de escrita, secagem rápida. Caixa com 12 unidades. Deverá conter marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	20.23.000003
02	630	UN	Caneta esferográfica azul, composição: corpo cilíndrico ou sextavado transparente, ponta média 1,0mm., com esfera de tungstênio, tampa em polipropileno com furo anti-asfixiante e clip para fixação no bolso na cor da tinta, tubo de carga em polipropileno transparente, tampa inferior em polietileno na cor da tinta. Tinta da caneta na cor azul, atóxica, comprimento mínimo sem a tampa de 140 mm, preenchimento de tinta até a ponto de no mínimo 110 mm. Produto certificado pelo INMETRO.	20.15.00001
03	150	UN	Caneta esferográfica preta, composição: corpo cilíndrico ou sextavado transparente, ponta média 1,0mm., com esfera de tungstênio, tampa em polipropileno com furo anti-asfixiante e clip para fixação no bolso na cor da tinta, tubo de carga em polipropileno transparente, tampa inferior em polietileno na cor da tinta. Tinta da caneta na cor preta, atóxica, comprimento mínimo sem a tampa de 140 mm, preenchimento de tinta até a ponto de no mínimo 110 mm. Produto certificado pelo INMETRO.	20.15.000003
19	30	UN	Caneta esferográfica vermelha, composição: corpo cilíndrico ou sextavado transparente, ponta média 1,0mm., com esfera de tungstênio, tampa em polipropileno com furo anti-asfixiante e clip para fixação no bolso na cor da tinta, tubo de carga em polipropileno transparente, tampa inferior em polietileno na cor da tinta. Tinta da caneta na cor vermelha, atóxica, comprimento mínimo sem a tampa de 140 mm, preenchimento de tinta até a ponto de no mínimo 110 mm. Produto certificado pelo INMETRO.	20.15.00002
13	15	UN	Caneta para identificar notas falsas.	20.15.000031
32	40	CX	Clips nº 8/0, confeccionado com arame de aço galvanizado. Embalagem com 500 gramas, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	20.18.000003

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

20	260	UN	Cola bastão reposicionável, lavável, contendo 20 gramas. Livre de ácidos. Produto indicado para colar e descolar, sem fixação definitiva. Composição: Poliacrilato, pirrolidona polivinila, estearato de sódio, glicerina, óleo de silicone dimetil e água. Embalagem devidamente identificada com marca, informações sobre o produto, dados do fabricante e certificação do INMETRO.	20.19.162048
28	15	UN	Cola líquida branca 90 gramas, atóxica e inócuo. Teor de sólidos 30% a 31%. Composição: Base de acetato de polivinila (PVA), disperso em solução aquosa. Embalagem de 90 gramas com tampa flip top, devidamente rotulado com a marca, informações sobre o produto e dados de identificação do fabricante. O vencedor deverá apresentar laudos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO que comprove o teor de sólidos.	20.19.000005
26	5	CX	Colchete latonado nº 15, formato "bailarina, fabricado em chapa de aço, medidas aproximadas: 14 (cabeça) x 100 (perna/comprimento) (mm). O produto deverá ser acondicionado em caixa de papelão com 72 unidades. Constar na embalagem: marca, código de barras e dados de identificação do fabricante.	20.20.000006
15	10	CX	Etiqueta adesiva "formato carta" nas medidas 279,4 x 215,9 mm. Embalagem com 100 folhas contendo 1 etiqueta cada (totalizando 100 etiquetas), na cor branca. Devidamente identificado com a marca, informações do produto e dados do fabricante.	20.28.000026
24	5	UN	Fita corretiva 5 mm x 10 m, produto de fácil aplicação, boa cobertura e secagem rápida. Composição: Pigmentos e polietileno. Devidamente rotulado com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto certificado pelo INMETRO.	13.99.162049
04	20	UN	Fita de impressão para calculadora nylon, preto/vermelho, nas medidas 13 mm x 5 m.	20.36.000011
05	20	UN	Grampeador de mesa, podendo ser solicitado nas cores: verde, azul, roxo, rosa e branco, formato anatômico, sendo base e corpo em ABS de mesma cor e trilho cromado. Medindo 125 (comprimento) x 40 (largura) x 50 (altura) (mm). Indicado para grampear até 20 folhas. Acondicionado individualmente em caixa. Embalagem contendo informações do produto marca referência e código de barras.	20.42.000010
17	10	UN	Grampeador de metal com pintura eletrostática e capacidade para até 50 folhas, utiliza grampos da linha 23, 24 e 26. Capacidade (reservatório de grampos) mínima: 190 grampos. Medidas aproximadas: 160 x 65 x 38 (mm). Embalagem individual, devidamente rotulada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	20.42.000007
18	10	CX	Grampo para grampeador 23/10, fabricado em arame de aço galvanizado. Embalagem com 1000 unidades, devidamente rotulada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	20.43.000011
25	40	CX	Grampo para grampeador 26/6, fabricado em aço galvanizado. Embalagem com 5.000 unidades, devidamente rotulada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	20.43.000002
06	40	CX	Grampo trilho de metal 80 mm. Embalagem com 50 unidades, devidamente identificada com marca, informações sobre o	20.43.000001

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

			produto e dados do fabricante.	
16	10	UN	Perfurador de papel para 60 folhas, em ferro fundido. Perfura através de alavanca. Embalagem devidamente identificada com a marca, informações do produto e dados do fabricante.	20.58.000004
22	20	UN	Pincel para quadro branco, cor azul, recarregável, com ponta redonda de 4 mm, com tinta de secagem rápida e resistente. Medindo 13 cm de comprimento com tampa na cor da tinta. Devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	20.15.162046
21	20	UN	Pincel para quadro branco, cor preta, recarregável, com ponta redonda de 4 mm, com tinta de secagem rápida e resistente. Medindo 13 cm de comprimento com tampa na cor da tinta. Devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	20.15.162045
23	20	UN	Pincel para quadro branco, cor vermelha, recarregável, com ponta redonda de 4 mm, com tinta de secagem rápida e resistente. Medindo 13 cm de comprimento com tampa na cor da tinta. Devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	20.15.162047
30	5	UN	Tinta para carimbo na cor azul, embalado em frasco de no mínimo 40 ml, devidamente rotulado com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	20.66.000002
31	10	UN	Tinta para carimbo na cor preto, embalado em frasco de no mínimo 40 ml, devidamente rotulado com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	20.66.000007

LOTE 03 – MATERIAIS SUSTENTÁVEIS

ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO / DESCRIÇÃO	COD.
29	25	UN	Borracha branca macia, com capa em formato ergonômico na cor verde, com impressão da marca, medindo 60 mm x 21 mm x 10 mm. Produto atóxico. Composição: borracha sintética e capa em poliestireno reciclado. Embalagem contendo: selo do INMETRO, código de barras informações e validade do produto.	20.12.000001
36	40	UN	Caderno espiral 1/4, 96 folhas, dimensões mínimas: 140 mm x 200 mm, miolo branco gramatura mínima: 56 g/m ² , com pautas e margens, capa e contracapa em papelão com gramatura mínima de 680 g/m ² e revestido com papel couchê 115 g/m ² , plastificado. Produto devidamente identificado com marca, informações e selo de certificação florestal FSC.	20.14.000030
10	225	UN	Caneta marca texto com ponta chanfrada nas cores amarela, rosa, verde, roxa e azul, traços de 1,0 (sublinhar) e 4,00 (destacar) (mm), tinta superfluorescente. Composição: Corpo e tampa em Politereflato de etila reciclado e tinta à base de água. Deverá conter marca e código de barras no produto. Produto certificado pelo INMETRO.	20.60.000001
07	1.500	PCT	Papel sulfite branco 75g, tamanho A4. Medidas: 210 x 297 (mm). Embalagem com 500 unidades, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto, dados do fabricante e selo de certificação FSC ou CEFLOL.	20.54.000006
33	25	UN	Régua de 30 cm, injetada em material plástico reciclado rígido, na cor cristal, possuindo chanfros em cada lado com 2 escalas, uma para destros e outra para canhotos, no lado canhoto deverá conter tarja colorida para diferenciar ambas.	20.62.000001

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

			A impressão das escalas, deverá ser feita na cor preta em processo de tampografia. Medidas aproximadas do produto: 310 (comprimento) x 40 (largura) (mm). Espessura: 04 (mm) na parte maior e 1,5 (mm) na parte menor (pontas chanfro). Deverá conter marca no produto. Produto certificado pelo INMETRO.	
12	10	UN	Tesoura multiuso medindo 21 cm de comprimento, cabo anatômico sustentável na cor azul com encaixe para 03 dedos, lâmina com marca impressa, ponta arredondada. Composição: Cabo feito de material 100% reciclado e lâmina em aço inoxidável. Acondicionado individualmente em blister, contendo informações do produto marca referência e código de barras.	20.65.000002
LOTE 04 - PILHAS				
ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO / DESCRIÇÃO	COD.
09	105	UN	Pilha palito, alcalina "AAA", 1,5V, com polos positivos e negativos. Livre de metais pesados. Embalagem contendo até 04 unidades, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto em conformidade com a resolução Conama 401.	20.59.000004
08	150	UN	Pilha pequena, alcalina "AA", 1,5V, com polos positivos e negativos. Livre de metais pesados. Embalagem contendo até 04 unidades, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto em conformidade com a resolução Conama 401.	20.59.000001

a. Requisitos de contratação

A Detentora da Ata deverá comprovar capacidade para atender a demanda necessária, demonstrando sua habilidade jurídica, regularidade fiscal e trabalhista. Além disso, a detentora deve proporcionar a entrega do material de expediente para atender necessidades administrativas do SAMA E conforme condições, quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste instrumento:

- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- Responsabilizar-Se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Indicar preposto para representá-la durante a execução da ata, bem como, atender a todos os requisitos habilitatórios;

b. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas:

As quantidades previstas foram definidas com base nas necessidades desta Autarquia, visto que a aquisição dos bens é imprescindível ao desenvolvimento de suas atribuições regimentais, tomando como base a realidade na qual são destinados a garantir a qualidade, a comodidade e a satisfação dos munícipes, evitando assim a descontinuidade dos serviços prestados e contemplando os aspectos de saneamento básico.

5. Levantamento de Mercado:

O levantamento de mercado teve como objetivo coletar dados e informações para a estimativa do valor da contratação, a análise da viabilidade da aquisição e a identificação de potenciais fornecedores de materiais de papelaria/escritório para o SAMAE.

a. Metodologia da Pesquisa:

Com o objetivo de estimar o valor da contratação, foi conduzida uma pesquisa de mercado abrangendo múltiplos fornecedores do ramo. O processo de cotação envolveu a solicitação de propostas detalhadas, que incluíam a descrição completa dos materiais, as respectivas quantidades, os valores unitários e totais, bem como as condições de entrega e pagamento.

b. Análise dos Dados:

Os dados coletados foram analisados de forma criteriosa, considerando a média dos valores obtidos em cada cotação. Foram desconsiderados os valores considerados inexequíveis ou excessivamente elevados, a fim de garantir a representatividade da amostra. A análise dos dados permitiu identificar a viabilidade da aquisição dos materiais, bem como a existência de empresas com capacidade de fornecimento no mercado local.

c. Resultados da Pesquisa:

Com base nas cotações obtidas, que serão anexadas a este ETP, o valor total estimado para a contratação é **R\$127.227,85 (Cento e vinte e sete mil, duzentos e vinte e sete reais e oitenta e cinco centavos)**. Este valor representa a média dos preços praticados no mercado, considerando as especificações e as quantidades dos materiais demandados.

d. Justificativa da Modalidade de Contratação:

A pesquisa de mercado demonstrou a viabilidade da aquisição dos materiais por meio de Registro de Preços, considerando a existência de múltiplos fornecedores e a necessidade de aquisições parceladas ao longo do tempo. A modalidade de Registro de Preços permite a otimização da gestão de estoque, a redução de custos e a garantia do abastecimento contínuo dos materiais.

e. Análise de Alternativas:

Foi analisada a possibilidade de locação dos materiais, porém, constatou-se que não existem opções de locação disponíveis no mercado local para os materiais demandados. Portanto, a aquisição por meio de Registro de Preços se mostra a alternativa mais adequada para atender às necessidades do SAMAE.

6. Descrição da solução como um todo:

A solução adotada para a aquisição de materiais de papelaria/escritório para o SAMAE é o Registro de Preços, modalidade que se mostra a mais adequada para atender às necessidades da autarquia.

a. Justificativa da Modalidade de Contratação:

O Registro de Preços foi escolhido por permitir a aquisição parcelada dos materiais, conforme a demanda e a disponibilidade orçamentária do SAMAE. Essa modalidade evita o acúmulo de estoque, otimiza o espaço físico do almoxarifado e reduz o risco de obsolescência dos materiais. Além disso, o Registro de Preços possibilita a obtenção de preços mais vantajosos, devido à compra em grande escala, e garante a agilidade no processo de aquisição, uma vez que os preços e as

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

condições já estão previamente definidos na Ata de Registro de Preços.

b. Forma de Execução da Contratação:

A aquisição dos materiais será realizada de forma parcelada, mediante solicitação do SAMAE à detentora da Ata de Registro de Preços, conforme a necessidade de cada setor. Os materiais serão entregues nos locais indicados pelo SAMAE, em prazos e condições previamente estabelecidos no Termo de Referência. A detentora da Ata será responsável pela entrega dos materiais em perfeitas condições, acompanhados das respectivas notas fiscais, e pela garantia da qualidade dos produtos.

c. Benefícios da Solução:

A adoção do Registro de Preços trará os seguintes benefícios para o SAMAE:

Otimização da gestão de estoque: Redução do acúmulo de materiais e do risco de obsolescência.

Redução de custos: Obtenção de preços mais vantajosos devido à compra em grande escala.

Agilidade na aquisição: Processo simplificado e rápido, com preços e condições previamente definidos.

Atendimento à demanda: Aquisição dos materiais conforme a necessidade de cada setor do SAMAE.

Garantia da qualidade: Materiais de qualidade, com garantia e suporte técnico da detentora da Ata.

Em suma, a solução adotada garante a aquisição eficiente e econômica dos materiais, atendendo às necessidades do SAMAE e contribuindo para a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

7. Estimativa do Valor da Contratação:

As estimativas de preços foram levantadas através de cotação com fornecedores da região, o que representa o valor de mercado dos materiais, podendo haver variações conforme fornecedores.

LOTE 01 - PASTAS					
ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO / DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	350	UN	Arquivo morto em polionda na cor azul, em chapa de polipropileno (pp) alveolar com aditivo antichama. Medidas: 350 x 235 x 130 (mm). Gramatura mínima: 320 g/m². Espessura de 2,00 mm. Deverá conter impresso em uma das faces informações como: Identificação do órgão, instruções administrativas, entre outros. Deverá constar marca no produto. Produto registrado no INMETRO.	R\$ 20,37	R\$ 7.130,67
11	15	PCT	Pasta plástica "L", nas medidas 220 x 335 mm. Acabamento em solda reforçada e pontilhada. Fabricada em polipropileno (pp). Deverá conter marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto registrado no INMETRO. Pacote com 10 unidades.	R\$ 53,68	R\$ 805,15
34	30	UN	Pasta com aba e elástico, confeccionada em papel cartão duplex, nas cores azul, amarela, vermelha, rosa, preta, branca, verde e laranja, medidas aproximadas 230 mm x 340 mm. Devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 6,75	R\$ 202,40
35	20	UN	Pasta polionda com elástico, cores variadas a serem solicitadas, nas medidas aproximadas 335 x 225 x 55 (mm). Fabricada em polipropileno corrugado e chapa alveolar. Produto livre de Bisfenol. Deverá conter marca,	R\$ 12,74	R\$ 254,80

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

informações sobre o produto e dados do fabricante.
Produto certificado pelo INMETRO.

LOTE 02 – MATERIAIS DE EXPEDIENTE

ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO / DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
14	10	UN	Caixa para correspondência dupla, nas medidas aproximadas 35 x 22,5 x 7,0 (cm), bandeja deslizante, articulável, na cor cristal ou fumê. Embalada individualmente com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 83,54	R\$ 835,43
27	25	UN	Caneta corretiva de no mínimo 8 ml, indicada para correção de qualquer tipo de escrita, secagem rápida. Caixa com 12 unidades. Deverá conter marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 11,27	R\$ 281,67
02	630	UN	Caneta esferográfica azul, composição: corpo cilíndrico ou sextavado transparente, ponta média 1,0mm., com esfera de tungstênio, tampa em polipropileno com furo anti-asfíxiante e clip para fixação no bolso na cor da tinta, tubo de carga em polipropileno transparente, tampa inferior em polietileno na cor da tinta. Tinta da caneta na cor azul, atóxica, comprimento mínimo sem a tampa de 140 mm, preenchimento de tinta até a ponta de no mínimo 110 mm. Produto certificado pelo INMETRO.	R\$ 2,66	R\$ 1.677,90
03	150	UN	Caneta esferográfica preta, composição: corpo cilíndrico ou sextavado transparente, ponta média 1,0mm., com esfera de tungstênio, tampa em polipropileno com furo anti-asfíxiante e clip para fixação no bolso na cor da tinta, tubo de carga em polipropileno transparente, tampa inferior em polietileno na cor da tinta. Tinta da caneta na cor preta, atóxica, comprimento mínimo sem a tampa de 140 mm, preenchimento de tinta até a ponta de no mínimo 110 mm. Produto certificado pelo INMETRO.	R\$ 2,66	R\$ 399,50
19	30	UN	Caneta esferográfica vermelha, composição: corpo cilíndrico ou sextavado transparente, ponta média 1,0mm., com esfera de tungstênio, tampa em polipropileno com furo anti-asfíxiante e clip para fixação no bolso na cor da tinta, tubo de carga em polipropileno transparente, tampa inferior em polietileno na cor da tinta. Tinta da caneta na cor vermelha, atóxica, comprimento mínimo sem a tampa de 140 mm, preenchimento de tinta até a ponta de no mínimo 110 mm. Produto certificado pelo INMETRO.	R\$ 2,66	R\$ 79,90
13	15	UN	Caneta para identificar notas falsas.	R\$ 15,38	R\$ 230,75
32	40	CX	Clips nº 8/0, confeccionado com arame de aço galvanizado. Embalagem com 500 gramas, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 24,60	R\$ 983,87

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

20	260	UN	Cola bastão reposicionável, lavável, contendo 20 gramas. Livre de ácidos. Produto indicado para colar e descolar, sem fixação definitiva. Composição: Poliacrilato, pirrolidona polivinila, estearato de sódio, glicerina, óleo de silicone dimetil e água. Embalagem devidamente identificada com marca, informações sobre o produto, dados do fabricante e certificação do INMETRO.	R\$ 17,36	R\$ 4.513,60
28	15	UN	Cola líquida branca 90 gramas, atóxica e inócuo. Teor de sólidos 30% a 31%. Composição: Base de acetato de polivinila (PVA), disperso em solução aquosa. Embalagem de 90 gramas com tampa flip top, devidamente rotulado com a marca, informações sobre o produto e dados de identificação do fabricante. O vencedor deverá apresentar laudos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO que comprove o teor de sólidos.	R\$ 5,19	R\$ 77,80
26	5	CX	Colchete latonado nº 15, formato "bailarina, fabricado em chapa de aço, medidas aproximadas: 14 (cabeça) x 100 (perna/comprimento) (mm). O produto deverá ser acondicionado em caixa de papelão com 72 unidades. Constar na embalagem: marca, código de barras e dados de identificação do fabricante.	R\$ 31,69	R\$ 158,45
15	10	CX	Etiqueta adesiva "formato carta" nas medidas 279,4 x 215,9 mm. Embalagem com 100 folhas contendo 1 etiqueta cada (totalizando 100 etiquetas), na cor branca. Devidamente identificado com a marca, informações do produto e dados do fabricante.	R\$ 119,84	R\$ 1.198,37
24	5	UN	Fita corretiva 5 mm x 10 m, produto de fácil aplicação, boa cobertura e secagem rápida. Composição: Pigmentos e polietileno. Devidamente rotulado com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto certificado pelo INMETRO.	R\$ 12,74	R\$ 63,70
04	20	UN	Fita de impressão para calculadora nylon, preto/vermelho, nas medidas 13 mm x 5 m.	R\$ 33,32	R\$ 666,47
05	20	UN	Grampeador de mesa, podendo ser solicitado nas cores: verde, azul, roxo, rosa e branco, formato anatômico, sendo base e corpo em ABS de mesma cor e trilho cromado. Medindo 125 (comprimento) x 40 (largura) x 50 (altura) (mm). Indicado para grampear até 20 folhas. Acondicionado individualmente em caixa. Embalagem contendo informações do produto marca referência e código de barras.	R\$ 65,54	R\$ 1.310,73
17	10	UN	Grampeador de metal com pintura eletrostática e capacidade para até 50 folhas, utiliza grampos da linha 23, 24 e 26. Capacidade (reservatório de grampos) mínima: 190 grampos. Medidas aproximadas: 160 x 65 x 38 (mm). Embalagem individual, devidamente rotulada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 65,93	R\$ 659,27
18	10	CX	Grampo para grampeador 23/10, fabricado em arame de aço galvanizado. Embalagem com 1000 unidades, devidamente rotulada com marca, informações sobre o	R\$ 22,51	R\$ 225,07

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

			produto e dados do fabricante.		
25	40	CX	Grampo para grampeador 26/6, fabricado em aço galvanizado. Embalagem com 5.000 unidades, devidamente rotulada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 9,91	R\$ 396,27
06	40	CX	Grampo trilho de metal 80 mm. Embalagem com 50 unidades, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 33,43	R\$ 1.337,07
16	10	UN	Perfurador de papel para 60 folhas, em ferro fundido. Perfura através de alavanca. Embalagem devidamente identificada com a marca, informações do produto e dados do fabricante.	R\$ 205,23	R\$ 2.052,30
22	20	UN	Pincel para quadro branco, cor azul, recarregável, com ponta redonda de 4 mm, com tinta de secagem rápida e resistente. Medindo 13 cm de comprimento com tampa na cor da tinta. Devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 10,69	R\$ 213,73
21	20	UN	Pincel para quadro branco, cor preta, recarregável, com ponta redonda de 4 mm, com tinta de secagem rápida e resistente. Medindo 13 cm de comprimento com tampa na cor da tinta. Devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 10,69	R\$ 213,73
23	20	UN	Pincel para quadro branco, cor vermelha, recarregável, com ponta redonda de 4 mm, com tinta de secagem rápida e resistente. Medindo 13 cm de comprimento com tampa na cor da tinta. Devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 10,69	R\$ 213,73
30	5	UN	Tinta para carimbo na cor azul, embalado em frasco de no mínimo 40 ml, devidamente rotulado com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 13,17	R\$ 65,83
31	10	UN	Tinta para carimbo na cor preto, embalado em frasco de no mínimo 40 ml, devidamente rotulado com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 13,17	R\$ 131,67

LOTE 03 – MATERIAIS SUSTENTÁVEIS

ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO / DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
29	25	UN	Borracha branca macia, com capa em formato ergonômico na cor verde, com impressão da marca, medindo 60 mm x 21 mm x 10 mm. Produto atóxico. Composição: borracha sintética e capa em poliestireno reciclado. Embalagem contendo: selo do INMETRO, código de barras informações e validade do produto.	R\$ 7,01	R\$ 175,33
36	40	UN	Caderno espiral 1/4, 96 folhas, dimensões mínimas: 140 mm x 200 mm, miolo branco gramatura mínima: 56 g/m ² , com pautas e margens, capa e contracapa em papelão com gramatura mínima de 680 g/m ² e revestido com papel couchê 115 g/m ² , plastificado. Produto devidamente identificado com marca, informações e selo de certificação florestal FSC.	R\$ 17,97	R\$ 718,80
10	225	UN	Caneta marca texto com ponta chanfrada nas cores amarela, rosa, verde, roxa e azul, traços de 1,0 (sublinhar)	R\$ 13,13	R\$ 2.955,00

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

			e 4,00 (destacar) (mm), tinta superfluorescente. Composição: Corpo e tampa em Politereflato de etila reciclado e tinta à base de água. Deverá conter marca e código de barras no produto. Produto certificado pelo INMETRO.		
07	1.500	PCT	Papel sulfite branco 75g, tamanho A4. Medidas: 210 x 297 (mm). Embalagem com 500 unidades, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto, dados do fabricante e selo de certificação FSC ou CEFLOR.	R\$ 63,30	R\$ 94.955,00
33	25	UN	Régua de 30 cm, injetada em material plástico reciclado rígido, na cor cristal, possuindo chanfros em cada lado com 2 escalas, uma para destros e outra para canhotos, no lado canhoto deverá conter tarja colorida para diferenciar ambas. A impressão das escalas, deverá ser feita na cor preta em processo de tampografia. Medidas aproximadas do produto: 310 (comprimento) x 40 (largura) (mm). Espessura: 04 (mm) na parte maior e 1,5 (mm) na parte menor (pontas chanfro). Deverá conter marca no produto. Produto certificado pelo INMETRO.	R\$ 8,13	R\$ 203,33
12	10	UN	Tesoura multiuso medindo 21 cm de comprimento, cabo anatômico sustentável na cor azul com encaixe para 03 dedos, lâmina com marca impressa, ponta arredondada. Composição: Cabo feito de material 100% reciclado e lâmina em aço inoxidável. Acondicionado individualmente em blister, contendo informações do produto marca referência e código de barras.	R\$ 28,08	R\$ 280,80

LOTE 04 - PILHAS

ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO / DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
09	105	UN	Pilha palito, alcalina "AAA", 1,5V, com polos positivos e negativos. Livre de metais pesados. Embalagem contendo até 04 unidades, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto em conformidade com a resolução Conama 401.	R\$ 6,25	R\$ 655,90
08	150	UN	Pilha pequena, alcalina "AA", 1,5V, com polos positivos e negativos. Livre de metais pesados. Embalagem contendo até 04 unidades, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto em conformidade com a resolução Conama 401.	R\$ 6,03	R\$ 904,00

Valor Global para todos os itens R\$127.227,85 (Cento e vinte e sete mil, duzentos e vinte e sete reais e oitenta e cinco centavos).

8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução:

O parcelamento da aquisição de materiais de papelaria/escritório, através do Registro de Preços, é justificado pela necessidade de otimizar a gestão de estoque do SAMAE, evitando o acúmulo desnecessário e o desperdício de recursos, ao mesmo tempo em que garante o atendimento contínuo e flexível às demandas variáveis da autarquia, alinhando-se aos princípios da eficiência e economicidade preconizados pela Lei nº 14.133/21.

9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes:

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que possuam relação direta com a aquisição de materiais de papelaria/escritório o SAMAE. A natureza dos materiais a serem adquiridos é de consumo geral, não estando vinculada a projetos ou contratações específicas.

No entanto, é importante ressaltar que a disponibilidade contínua desses materiais é fundamental para o bom funcionamento de todas as áreas do SAMAE, impactando indiretamente a execução de diversos serviços e projetos da autarquia.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento:

A presente contratação está alinhada com as necessidades estratégicas da autarquia, visando garantir a continuidade e a eficiência dos serviços prestados à população.

A aquisição dos materiais de papelaria/escritório e gráfica é essencial para o desenvolvimento das atividades administrativas e operacionais do SAMAE, contribuindo para o cumprimento de sua missão de fornecer água e esgoto de forma eficiente e contínua. A disponibilidade desses materiais impacta diretamente a capacidade do SAMAE de atender às demandas dos munícipes, garantindo a qualidade e a agilidade dos serviços prestados.

11. Providências a serem Adotadas:

Para a concretização da contratação de materiais de papelaria/escritório e gráfica, em estrita observância aos ditames da Lei nº 14.133/21, serão tomadas as seguintes providências:

a. Elaboração do Termo de Referência (TR):

Será elaborado o Termo de Referência, instrumento convocatório que delineará com precisão o objeto da contratação, em consonância com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Art. 12, VII, Lei nº 14.133/21). O TR especificará os requisitos técnicos dos materiais, os critérios de aceitação, os prazos e as condições de entrega, as obrigações da contratada e os critérios objetivos de julgamento das propostas, assegurando a igualdade de condições entre os licitantes (Art. 5º, Lei nº 14.133/21).

b. Definição dos Requisitos de Habilitação:

Serão definidos os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica, em estrita observância aos Arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/21, para aferir a capacidade dos fornecedores de cumprir as obrigações contratuais, preservando o interesse público (Art. 11, Lei nº 14.133/21).

c. Realização da Licitação:

Será deflagrada a licitação na modalidade de Registro de Preços, com fulcro no Art. 82 da Lei nº 14.133/21, adotando o critério de julgamento de menor preço unitário, em observância aos princípios da economicidade e da eficiência (Art. 5º, Lei nº 14.133/21).

d. Fiscalização e Gestão do Contrato:

Servidores do SAMAE, designados como fiscais e gestores do contrato, exercerão a fiscalização e a gestão do contrato, em conformidade com o Art. 117 da Lei nº 14.133/21, acompanhando a execução contratual, verificando a conformidade dos materiais com as especificações técnicas e assegurando o cumprimento das obrigações da contratada, visando a tutela do interesse público.

e. Acompanhamento da Execução da Ata de Registro de Preços:

Será realizado o acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços, monitorando os pedidos de aquisição, os prazos de entrega e a qualidade dos materiais, garantindo o abastecimento contínuo e eficiente do SAMAE, em observância ao princípio da continuidade do serviço público.

f. Dotação Orçamentária:

Será verificada a disponibilidade de dotação orçamentária para a contratação, em consonância com o Art. 18 da Lei nº 14.133/21, garantindo a previsão dos recursos necessários para a aquisição dos materiais, em observância ao princípio da responsabilidade fiscal.

g. Divulgação da Licitação:

Será dada ampla divulgação à licitação, utilizando os meios de comunicação adequados, em observância ao princípio da publicidade (Art. 5º, Lei nº 14.133/21), para assegurar a participação do maior número possível de fornecedores, fomentando a competitividade.

h. Garantia da Qualidade:

Serão estabelecidos mecanismos de controle de qualidade, em conformidade com o Art. 115 da Lei nº 14.133/21, para garantir que os materiais adquiridos atendam às especificações técnicas e aos requisitos de qualidade exigidos pelo SAMAE, em observância ao princípio da eficiência.

Em suma, as providências a serem adotadas visam garantir a contratação eficiente, transparente e em estrita observância à Lei nº 14.133/21, atendendo às necessidades do SAMAE e contribuindo para a continuidade e a qualidade dos serviços públicos prestados à população.

12. Possíveis Impactos Ambientais:

O SAMAE atua como um agente transformador seguindo políticas para redução de mudanças prejudiciais ao meio ambiente, procurando diminuir os desperdícios e melhorar o aproveitamento dos materiais. Caso os materiais adquiridos sejam substituições, os antigos deverão ser corretamente destinados à reciclagem ou descarte adequado, sendo que este último deve ser feito locais que estejam de acordo com a legislação vigente.

13. Análise De Risco:

Os itens a serem licitados foram devidamente especificados e quantificados, diminuindo assim os riscos de uma aquisição indesejada ou ineficiente. - Diante do planejamento desenvolvido e apresentado neste ETP, O SAMAE tem como propósito uma aquisição eficiente e vantajosa, e caberá ao Gestor da Ata identificar os eventos de risco e geri-los em ordem crítica de maior impacto junto aos objetivos a serem alcançados.

14. Declaração de Viabilidade:

Após análise técnica e jurídica dos elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), a Secretaria de Suprimentos, por meio do Secretário Autárquico de Suprimentos, Celso Ricardo Pereira da Silva e equipe técnica, declara a viabilidade da contratação de materiais de papelaria/escritório para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Mogi Guaçu – SAMAE, sob o regime de Registro de Preços.

A presente contratação se mostra a solução mais adequada para atender à necessidade de abastecimento contínuo e eficiente dos materiais, garantindo a continuidade das atividades administrativas e operacionais do SAMAE, em conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade e da sustentabilidade, preconizados pela Lei nº 14.133/21.

A viabilidade da contratação é corroborada pelos seguintes fatores:

- **Necessidade comprovada:** A demanda por materiais de papelaria/escritório é essencial para o funcionamento diário do SAMAE, impactando diretamente a qualidade dos serviços

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

prestados à população.

- **Solução adequada:** O Registro de Preços permite a aquisição parcelada dos materiais, otimizando a gestão de estoque e reduzindo custos.
- **Viabilidade técnica e econômica:** A pesquisa de mercado demonstrou a existência de fornecedores qualificados e a compatibilidade dos preços praticados com os valores estimados.
- **Conformidade legal:** A contratação está em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e demais normas aplicáveis.

Diante do exposto, declara-se a viabilidade da contratação, recomendando-se a elaboração do Termo de Referência e a continuidade do processo licitatório.

15. Justificativa da Viabilidade:

Em face da exaustiva análise empreendida no presente Estudo Técnico Preliminar, a aquisição de materiais de papelaria/escritório e gráfica revela-se juridicamente viável, sob a égide da Lei nº 14.133/21, em virtude da inequívoca disponibilidade de mercado, da adequação da forma de fornecimento do objeto e da competitividade do setor, não se vislumbrando quaisquer óbices ao prosseguimento da contratação.

A necessidade premente de materiais de expediente para o adimplemento das atividades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Mogi Guaçu – SAMAE, em suas diversas unidades (Central, Captação, Pátio, ETAs, ETEs e Regional de Martinho Prado Jr.), conjugada com a alocação de recursos orçamentários específicos para a presente contratação, confirma a viabilidade plena da aquisição pretendida.

Destaca-se, ademais, que a aquisição de materiais de expediente, na modalidade de Registro de Preços, não estabelece qualquer vínculo empregatício entre os empregados da detentora da Ata e a Administração Pública, sendo expressamente vedada a configuração de pessoalidade ou subordinação direta, em observância aos princípios da impessoalidade e da legalidade.

16. Previsão para o início da execução dos serviços ou aquisição do bem:

Dia 10/10/2.025

Mogi Guaçu, 22 de Setembro de 2.025

Celso Ricardo Pereira da Silva
Secretario Autárquico de Suprimentos

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições pelo Decreto nº 27.090 de 22 de janeiro de 2024.

Mogi Guaçu, 22 de Setembro de 2.025

Mario Antonio Zaia
Superintendente

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo SAMAE nº 01138 /2025

Requisição nº 001513/2025

Secretaria Autárquica de Suprimentos

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais de papelaria/escritório, destinados à reposição de estoque do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Mogi Guaçu – SAMAE, visando atender às necessidades contínuas de seus diversos setores (Central, Captação, ETAs, ETEs, Regional de Martinho Prado Jr.).

1.2. Lotes, especificações, quantidades e valores unitários estimados

2. LOTE 01 - PASTAS

ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO / DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	350	UN	Arquivo morto em polionda na cor azul, em chapa de polipropileno (pp) alveolar com aditivo antichama. Medidas: 350 x 235 x 130 (mm). Gramatura mínima: 320 g/m². Espessura de 2,00 mm. Deverá conter impresso em uma das faces informações como: Identificação do órgão, instruções administrativas, entre outros. Deverá constar marca no produto. Produto registrado no INMETRO.	R\$ 20,37	R\$ 7.130,67
11	15	PCT	Pasta plástica “L”, nas medidas 220 x 335 mm. Acabamento em solda reforçada e pontilhada. Fabricada em polipropileno (pp). Deverá conter marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto registrado no INMETRO. Pacote com 10 unidades.	R\$ 53,68	R\$ 805,15
34	30	UN	Pasta com aba e elástico, confeccionada em papel cartão duplex, nas cores azul, amarela, vermelha, rosa, preta, branca, verde e laranja, medidas aproximadas 230 mm x 340 mm. Devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 6,75	R\$ 202,40
35	20	UN	Pasta polionda com elástico, cores variadas a serem solicitadas, nas medidas aproximadas 335 x 225 x 55 (mm). Fabricada em polipropileno corrugado e chapa alveolar. Produto livre de Bisfenol. Deverá conter marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto certificado pelo INMETRO.	R\$ 12,74	R\$ 254,80

LOTE 02 – MATERIAIS DE EXPEDIENTE

ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO / DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
14	10	UN	Caixa para correspondência dupla, nas medidas aproximadas 35 x 22,5 x 7,0 (cm), bandeja deslizante, articulável, na cor cristal ou fumê. Embalada individualmente com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 83,54	R\$ 835,43
27	25	UN	Caneta corretiva de no mínimo 8 ml, indicada para correção de qualquer tipo de escrita, secagem rápida. Caixa com 12 unidades. Deverá conter marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 11,27	R\$ 281,67

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

02	630	UN	Caneta esferográfica azul, composição: corpo cilíndrico ou sextavado transparente, ponta média 1,0mm., com esfera de tungstênio, tampa em polipropileno com furo anti-asfíxiante e clip para fixação no bolso na cor da tinta, tubo de carga em polipropileno transparente, tampa inferior em polietileno na cor da tinta. Tinta da caneta na cor azul, atóxica, comprimento mínimo sem a tampa de 140 mm, preenchimento de tinta até a ponta de no mínimo 110 mm. Produto certificado pelo INMETRO.	R\$ 2,66	R\$ 1.677,90
03	150	UN	Caneta esferográfica preta, composição: corpo cilíndrico ou sextavado transparente, ponta média 1,0mm., com esfera de tungstênio, tampa em polipropileno com furo anti-asfíxiante e clip para fixação no bolso na cor da tinta, tubo de carga em polipropileno transparente, tampa inferior em polietileno na cor da tinta. Tinta da caneta na cor preta, atóxica, comprimento mínimo sem a tampa de 140 mm, preenchimento de tinta até a ponta de no mínimo 110 mm. Produto certificado pelo INMETRO.	R\$ 2,66	R\$ 399,50
19	30	UN	Caneta esferográfica vermelha, composição: corpo cilíndrico ou sextavado transparente, ponta média 1,0mm., com esfera de tungstênio, tampa em polipropileno com furo anti-asfíxiante e clip para fixação no bolso na cor da tinta, tubo de carga em polipropileno transparente, tampa inferior em polietileno na cor da tinta. Tinta da caneta na cor vermelha, atóxica, comprimento mínimo sem a tampa de 140 mm, preenchimento de tinta até a ponta de no mínimo 110 mm. Produto certificado pelo INMETRO.	R\$ 2,66	R\$ 79,90
13	15	UN	Caneta para identificar notas falsas.	R\$ 15,38	R\$ 230,75
32	40	CX	Clips nº 8/0, confeccionado com arame de aço galvanizado. Embalagem com 500 gramas, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 24,60	R\$ 983,87
20	260	UN	Cola bastão reposicionável, lavável, contendo 20 gramas. Livre de ácidos. Produto indicado para colar e descolar, sem fixação definitiva. Composição: Poliacrilato, pirrolidona polivinila, estearato de sódio, glicerina, óleo de silicone dimetil e água. Embalagem devidamente identificada com marca, informações sobre o produto, dados do fabricante e certificação do INMETRO.	R\$ 17,36	R\$ 4.513,60
28	15	UN	Cola líquida branca 90 gramas, atóxica e inócua. Teor de sólidos 30% a 31%. Composição: Base de acetato de polivinila (PVA), disperso em solução aquosa. Embalagem de 90 gramas com tampa flip top, devidamente rotulado com a marca, informações sobre o produto e dados de identificação do fabricante. O vencedor deverá apresentar laudos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO que comprove o teor de sólidos.	R\$ 5,19	R\$ 77,80
26	5	CX	Colchete latonado nº 15, formato "bailarina, fabricado em chapa de aço, medidas aproximadas: 14 (cabeça) x 100 (perna/comprimento) (mm). O produto deverá ser acondicionado em caixa de papelão com 72 unidades. Constar na embalagem: marca, código de barras e dados de identificação do fabricante.	R\$ 31,69	R\$ 158,45

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

15	10	CX	Etiqueta adesiva "formato carta" nas medidas 279,4 x 215,9 mm. Embalagem com 100 folhas contendo 1 etiqueta cada (totalizando 100 etiquetas), na cor branca. Devidamente identificado com a marca, informações do produto e dados do fabricante.	R\$ 119,84	R\$ 1.198,37
24	5	UN	Fita corretiva 5 mm x 10 m, produto de fácil aplicação, boa cobertura e secagem rápida. Composição: Pigmentos e polietileno. Devidamente rotulado com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto certificado pelo INMETRO.	R\$ 12,74	R\$ 63,70
04	20	UN	Fita de impressão para calculadora nylon, preto/vermelho, nas medidas 13 mm x 5 m.	R\$ 33,32	R\$ 666,47
05	20	UN	Grampeador de mesa, podendo ser solicitado nas cores: verde, azul, roxo, rosa e branco, formato anatômico, sendo base e corpo em ABS de mesma cor e trilho cromado. Medindo 125 (comprimento) x 40 (largura) x 50 (altura) (mm). Indicado para grampear até 20 folhas. Acondicionado individualmente em caixa. Embalagem contendo informações do produto marca referência e código de barras.	R\$ 65,54	R\$ 1.310,73
17	10	UN	Grampeador de metal com pintura eletrostática e capacidade para até 50 folhas, utiliza grampos da linha 23, 24 e 26. Capacidade (reservatório de grampos) mínima: 190 grampos. Medidas aproximadas: 160 x 65 x 38 (mm). Embalagem individual, devidamente rotulada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 65,93	R\$ 659,27
18	10	CX	Grampo para grampeador 23/10, fabricado em arame de aço galvanizado. Embalagem com 1000 unidades, devidamente rotulada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 22,51	R\$ 225,07
25	40	CX	Grampo para grampeador 26/6, fabricado em aço galvanizado. Embalagem com 5.000 unidades, devidamente rotulada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 9,91	R\$ 396,27
06	40	CX	Grampo trilho de metal 80 mm. Embalagem com 50 unidades, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 33,43	R\$ 1.337,07
16	10	UN	Perfurador de papel para 60 folhas, em ferro fundido. Perfura através de alavanca. Embalagem devidamente identificada com a marca, informações do produto e dados do fabricante.	R\$ 205,23	R\$ 2.052,30
22	20	UN	Pincel para quadro branco, cor azul, recarregável, com ponta redonda de 4 mm, com tinta de secagem rápida e resistente. Medindo 13 cm de comprimento com tampa na cor da tinta. Devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 10,69	R\$ 213,73
21	20	UN	Pincel para quadro branco, cor preta, recarregável, com ponta redonda de 4 mm, com tinta de secagem rápida e resistente. Medindo 13 cm de comprimento com tampa na cor da tinta. Devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 10,69	R\$ 213,73
23	20	UN	Pincel para quadro branco, cor vermelha, recarregável, com ponta redonda de 4 mm, com tinta de secagem rápida e resistente. Medindo 13 cm de comprimento com	R\$ 10,69	R\$ 213,73

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

			tampa na cor da tinta. Devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.		
30	5	UN	Tinta para carimbo na cor azul, embalado em frasco de no mínimo 40 ml, devidamente rotulado com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 13,17	R\$ 65,83
31	10	UN	Tinta para carimbo na cor preto, embalado em frasco de no mínimo 40 ml, devidamente rotulado com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$ 13,17	R\$ 131,67
LOTE 03 – MATERIAIS SUSTENTÁVEIS					
ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO / DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
29	25	UN	Borracha branca macia, com capa em formato ergonômico na cor verde, com impressão da marca, medindo 60 mm x 21 mm x 10 mm. Produto atóxico. Composição: borracha sintética e capa em poliestireno reciclado. Embalagem contendo: selo do INMETRO, código de barras informações e validade do produto.	R\$ 7,01	R\$ 175,33
36	40	UN	Caderno espiral 1/4, 96 folhas, dimensões mínimas: 140 mm x 200 mm, miolo branco gramatura mínima: 56 g/m ² , com pautas e margens, capa e contracapa em papelão com gramatura mínima de 680 g/m ² e revestido com papel couchê 115 g/m ² , plastificado. Produto devidamente identificado com marca, informações e selo de certificação florestal FSC.	R\$ 17,97	R\$ 718,80
10	225	UN	Caneta marca texto com ponta chanfrada nas cores amarela, rosa, verde, roxa e azul, traços de 1,0 (sublinhar) e 4,00 (destacar) (mm), tinta superfluorescente. Composição: Corpo e tampa em Politereflato de etila reciclado e tinta à base de água. Deverá conter marca e código de barras no produto. Produto certificado pelo INMETRO.	R\$ 13,13	R\$ 2.955,00
07	1.500	PCT	Papel sulfite branco 75g, tamanho A4. Medidas: 210 x 297 (mm). Embalagem com 500 unidades, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto, dados do fabricante e selo de certificação FSC ou CEFLOR.	R\$ 63,30	R\$ 94.955,00
33	25	UN	Régua de 30 cm, injetada em material plástico reciclado rígido, na cor cristal, possuindo chanfros em cada lado com 2 escalas, uma para destros e outra para canhotos, no lado canhoto deverá conter tarja colorida para diferenciar ambas. A impressão das escalas, deverá ser feita na cor preta em processo de tampografia. Medidas aproximadas do produto: 310 (comprimento) x 40 (largura) (mm). Espessura: 04 (mm) na parte maior e 1,5 (mm) na parte menor (pontas chanfro). Deverá conter marca no produto. Produto certificado pelo INMETRO.	R\$ 8,13	R\$ 203,33
12	10	UN	Tesoura multiuso medindo 21 cm de comprimento, cabo anatômico sustentável na cor azul com encaixe para 03 dedos, lâmina com marca impressa, ponta arredondada. Composição: Cabo feito de material 100% reciclado e lâmina em aço inoxidável. Acondicionado individualmente em blister, contendo informações do produto marca referência e código de barras.	R\$ 28,08	R\$ 280,80

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

LOTE 04 - PILHAS					
ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO / DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
09	105	UN	Pilha palito, alcalina "AAA", 1,5V, com polos positivos e negativos. Livre de metais pesados. Embalagem contendo até 04 unidades, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto em conformidade com a resolução Conama 401.	R\$ 6,25	R\$ 655,90
08	150	UN	Pilha pequena, alcalina "AA", 1,5V, com polos positivos e negativos. Livre de metais pesados. Embalagem contendo até 04 unidades, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto em conformidade com a resolução Conama 401.	R\$ 6,03	R\$ 904,00

Valor Global para todos os itens R\$127.227,85 (Cento e vinte e sete mil, duzentos e vinte e sete reais e oitenta e cinco centavos).

2.1. Histórico médio de consumo

2.1.1- Consumo médio mensal registrado:

Item	Descrição	Unidade	Histórico médio mensal
1	Arquivo morto em polionda na cor azul, em chapa de polipropileno (pp) alveolar com aditivo antichama. Medidas: 350 x 235 x 130 (mm). Gramatura mínima: 320 g/m ² . Espessura de 2,00 mm. Deverá conter impresso em uma das faces informações como: Identificação do órgão, instruções administrativas, entre outros. Deverá constar marca no produto. Produto registrado no INMETRO.	UN	35,00
2	Caneta esferográfica azul, composição: corpo cilíndrico ou sextavado transparente, ponta média 1,0mm., com esfera de tungstênio, tampa em polipropileno com furo anti-asfixiante e clip para fixação no bolso na cor da tinta, tubo de carga em polipropileno transparente, tampa inferior em polietileno na cor da tinta. Tinta da caneta na cor azul, atóxica, comprimento mínimo sem a tampa de 140 mm, preenchimento de tinta até a ponta de no mínimo 110 mm. Produto certificado pelo INMETRO.	UN	40,00
3	Caneta esferográfica preta, composição: corpo cilíndrico ou sextavado transparente, ponta média 1,0mm., com esfera de tungstênio, tampa em polipropileno com furo anti-asfixiante e clip para fixação no bolso na cor da tinta, tubo de carga em polipropileno transparente, tampa inferior em polietileno na cor da tinta. Tinta da caneta na cor preta, atóxica, comprimento mínimo sem a tampa de 140 mm, preenchimento de tinta até a ponta de no mínimo 110 mm. Produto certificado pelo INMETRO.	UN	20,00
4	Fita de impressão para calculadora nylon, preto/vermelho, nas medidas 13 mm x 5 m.	UN	2,00
5	Grampeador de mesa, podendo ser solicitado nas cores: verde, azul, roxo, rosa e branco, formato anatômico, sendo base e corpo em ABS de mesma cor e trilho cromado. Medindo 125 (comprimento) x 40 (largura) x 50 (altura) (mm). Indicado para grampear até 20 folhas. Acondicionado individualmente em caixa. Embalagem contendo informações do produto marca referência e código de barras.	UN	1,00
6	Grampo trilho de metal 80 mm. Embalagem com 50 unidades, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	CX	2,00

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

7	Papel sulfite branco 75g, tamanho A4. Medidas: 210 x 297 (mm). Embalagem com 500 unidades, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto, dados do fabricante e selo de certificação FSC ou CEFLOR.	PCT	110,00
8	Pilha pequena, alcalina "AA", 1,5V, com polos positivos e negativos. Livre de metais pesados. Embalagem contendo até 04 unidades, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto em conformidade com a resolução Conama 401.	UN	7,00
9	Pilha palito, alcalina "AAA", 1,5V, com polos positivos e negativos. Livre de metais pesados. Embalagem contendo até 04 unidades, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto em conformidade com a resolução Conama 401.	UN	7,00
10	Caneta marca texto com ponta chanfrada nas cores amarela, rosa, verde, roxa e azul, traços de 1,0 (sublinhar) e 4,00 (destacar) (mm), tinta superfluorescente. Composição: Corpo e tampa em Politereflato de etila reciclado e tinta à base de água. Deverá conter marca e código de barras no produto. Produto certificado pelo INMETRO.	UN	20,00
11	Pasta plástica "L", nas medidas 220 x 335 mm. Acabamento em solda reforçada e pontilhada. Fabricada em polipropileno (pp). Deverá conter marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto registrado no INMETRO. Pacote com 10 unidades.	PCT	2,00
12	Tesoura multiuso medindo 21 cm de comprimento, cabo anatômico sustentável na cor azul com encaixe para 03 dedos, lâmina com marca impressa, ponta arredondada. Composição: Cabo feito de material 100% reciclado e lâmina em aço inoxidável. Acondicionado individualmente em blister, contendo informações do produto marca referência e código de barras.	UN	1,00
13	Caneta para identificar notas falsas.	UN	2,00
14	Caixa para correspondência dupla, nas medidas aproximadas 35 x 22,5 x 7,0 (cm), bandeja deslizante, articulável, na cor cristal ou fumê. Embalada individualmente com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	UN	1,00
15	Etiqueta adesiva "formato carta" nas medidas 279,4 x 215,9 mm. Embalagem com 100 folhas contendo 1 etiqueta cada (totalizando 100 etiquetas), na cor branca. Devidamente identificado com a marca, informações do produto e dados do fabricante.	CX	1,00
16	Perfurador de papel para 60 folhas, em ferro fundido. Perfura através de alavanca. Embalagem devidamente identificada com a marca, informações do produto e dados do fabricante.	UN	1,00
17	Grampeador de metal com pintura eletrostática e capacidade para até 50 folhas, utiliza grampos da linha 23, 24 e 26. Capacidade (reservatório de grampos) mínima: 190 grampos. Medidas aproximadas: 160 x 65 x 38 (mm). Embalagem individual, devidamente rotulada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	UN	1,00
18	Grampo para grampeador 23/10, fabricado em arame de aço galvanizado. Embalagem com 1000 unidades, devidamente rotulada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	CX	1,00
19	Caneta esferográfica vermelha, composição: corpo cilíndrico ou sextavado transparente, ponta média 1,0mm., com esfera de tungstênio, tampa em polipropileno com furo anti-asfíxiante e clip para fixação no bolso na cor da tinta, tubo de carga em polipropileno transparente, tampa inferior em polietileno na cor da tinta. Tinta da caneta na cor vermelha, atóxica, comprimento mínimo sem a tampa de 140 mm, preenchimento de tinta até a ponta de no mínimo 110 mm. Produto certificado pelo INMETRO.	UN	5,00

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

20	Cola bastão reposicionável, lavável, contendo 20 gramas. Livre de ácidos. Produto indicado para colar e descolar, sem fixação definitiva. Composição: Poliacrilato, pirrolidona polivinila, estearato de sódio, glicerina, óleo de silicone dimetil e água. Embalagem devidamente identificada com marca, informações sobre o produto, dados do fabricante e certificação do INMETRO.	UN	Novo
21	Pincel para quadro branco, cor preta, recarregável, com ponta redonda de 4 mm, com tinta de secagem rápida e resistente. Medindo 13 cm de comprimento com tampa na cor da tinta. Devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	UN	Novo
22	Pincel para quadro branco, cor azul, recarregável, com ponta redonda de 4 mm, com tinta de secagem rápida e resistente. Medindo 13 cm de comprimento com tampa na cor da tinta. Devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	UN	1,00
23	Pincel para quadro branco, cor vermelha, recarregável, com ponta redonda de 4 mm, com tinta de secagem rápida e resistente. Medindo 13 cm de comprimento com tampa na cor da tinta. Devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	UN	Novo
24	Fita corretiva 5 mm x 10 m, produto de fácil aplicação, boa cobertura e secagem rápida. Composição: Pigmentos e polietileno. Devidamente rotulado com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto certificado pelo INMETRO.	UN	Novo
25	Grampo para grampeador 26/6, fabricado em aço galvanizado. Embalagem com 5.000 unidades, devidamente rotulada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	CX	5,00
26	Colchete latonado nº 15, formato "bailarina, fabricado em chapa de aço, medidas aproximadas: 14 (cabeça) x 100 (perna/comprimento) (mm). O produto deverá ser acondicionado em caixa de papelão com 72 unidades. Constar na embalagem: marca, código de barras e dados de identificação do fabricante.	CX	1,00
27	Caneta corretiva de no mínimo 8 ml, indicada para correção de qualquer tipo de escrita, secagem rápida. Caixa com 12 unidades. Deverá conter marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	UN	2,00
28	Cola líquida branca 90 gramas, atóxica e inócuo. Teor de sólidos 30% a 31%. Composição: Base de acetato de polivinila (PVA), disperso em solução aquosa. Embalagem de 90 gramas com tampa flip top, devidamente rotulado com a marca, informações sobre o produto e dados de identificação do fabricante. O vencedor deverá apresentar laudos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO que comprove o teor de sólidos.	UN	1,00
29	Borracha branca macia, com capa em formato ergonômico na cor verde, com impressão da marca, medindo 60 mm x 21 mm x 10 mm. Produto atóxico. Composição: borracha sintética e capa em poliestireno reciclado. Embalagem contendo: selo do INMETRO, código de barras informações e validade do produto.	UN	2,00
30	Tinta para carimbo na cor azul, embalado em frasco de no mínimo 40 ml, devidamente rotulado com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	UN	1,00
31	Tinta para carimbo na cor preto, embalado em frasco de no mínimo 40 ml, devidamente rotulado com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	UN	1,00
32	Clips nº 8/0, confeccionado com arame de aço galvanizado. Embalagem com 500 gramas, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	CX	5,00

33	Régua de 30 cm, injetada em material plástico reciclado rígido, na cor cristal, possuindo chanfros em cada lado com 2 escalas, uma para destros e outra para canhotos, no lado canhoto deverá conter tarja colorida para diferenciar ambas. A impressão das escalas, deverá ser feita na cor preta em processo de tampografia. Medidas aproximadas do produto: 310 (comprimento) x 40 (largura) (mm). Espessura: 04 (mm) na parte maior e 1,5 (mm) na parte menor (pontas chanfro). Deverá conter marca no produto. Produto certificado pelo INMETRO.	UN	1,00
34	Pasta com aba e elástico, confeccionada em papel cartão duplex, nas cores azul, amarela, vermelha, rosa, preta, branca, verde e laranja, medidas aproximadas 230 mm x 340 mm. Devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	UN	Novo
35	Pasta polionda com elástico, cores variadas a serem solicitadas, nas medidas aproximadas 335 x 225 x 55 (mm). Fabricada em polipropileno corrugado e chapa alveolar. Produto livre de Bisfenol. Deverá conter marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto certificado pelo INMETRO.	UN	1,00
36	Caderno espiral 1/4, 96 folhas, dimensões mínimas: 140 mm x 200 mm, miolo branco gramatura mínima: 56 g/m ² , com pautas e margens, capa e contracapa em papelão com gramatura mínima de 680 g/m ² e revestido com papel couchê 115 g/m ² , plastificado. Produto devidamente identificado com marca, informações e selo de certificação florestal FSC.	UN	5,00

2.2. Da natureza do objeto

A presente contratação, sob o regime de Registro de Preços, visa à aquisição de materiais de papelaria/escritório, caracterizados como bens comuns, destinados à reposição de estoque do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Mogi Guaçu – SAMA E.

2.2.1. Classificação como Bens Comuns:

Os materiais de papelaria/escritório a serem adquiridos são classificados como bens comuns, conforme o Art. 6º, inciso XLII, da Lei nº 14.133/21, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, com base em especificações usuais de mercado. Essa classificação permite a utilização do critério de julgamento de menor preço, nos termos do Art. 33, inciso I, da referida lei.

2.2.2. Exclusão da Classificação como Bens de Luxo:

Os materiais objeto desta contratação não se enquadram na categoria de bens de luxo, conforme o Decreto nº 2.355, de 16 de dezembro de 2022, que define os bens de luxo como aqueles que, por sua natureza ou finalidade, ostentam elevado padrão de qualidade, sofisticação ou suntuosidade. Os materiais de papelaria/escritório a serem adquiridos são itens de consumo corrente, utilizados em atividades administrativas e operacionais, não se caracterizando como bens de luxo.

2.2.3. Padronização e Especificações Usuais:

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado, facilitando a padronização e a definição objetiva dos requisitos técnicos no Termo de Referência. A padronização dos materiais contribui para a eficiência da gestão de estoque e a economicidade da contratação.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação, por meio de Registro de Preços, visa assegurar o abastecimento contínuo e eficiente de materiais de papelaria/escritório, essenciais para a execução das atividades diárias nos diversos setores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Mogi Guaçu – SAMA E.

3.1. Necessidade da Aquisição:

A aquisição dos materiais de papelaria/escritório justifica-se pela necessidade de reposição de estoque, garantindo a continuidade dos trabalhos administrativos, operacionais e rotineiros nos setores do SAMA E. A disponibilidade desses materiais é fundamental para o funcionamento adequado da autarquia, permitindo que os servidores públicos desempenhem suas funções de forma eficiente e eficaz.

O SAMAE, com suas diversas unidades (Central, Captação, ETAs, ETEs e Regional de Martinho Prado Jr.), demanda um fluxo constante de materiais de papelaria/escritório para a realização de suas atividades diárias. A falta desses materiais compromete a produtividade e a qualidade dos serviços prestados, impactando diretamente a capacidade do SAMAE de cumprir sua missão de atender a população de forma eficiente e contínua.

3.2. Descrição da solução como um todo:

A solução adotada para a aquisição de materiais de papelaria/escritório para o SAMAE é o Registro de Preços, modalidade que se mostra a mais adequada para atender às necessidades da autarquia.

3.2.1. Justificativa da Modalidade de Contratação:

O Registro de Preços foi escolhido por permitir a aquisição parcelada dos materiais, conforme a demanda e a disponibilidade orçamentária do SAMAE. Essa modalidade evita o acúmulo de estoque, otimiza o espaço físico do almoxarifado e reduz o risco de obsolescência dos materiais. Além disso, o Registro de Preços possibilita a obtenção de preços mais vantajosos, devido à compra em grande escala, e garante a agilidade no processo de aquisição, uma vez que os preços e as condições já estão previamente definidos na Ata de Registro de Preços.

3.2.2. Forma de Execução da Contratação:

A aquisição dos materiais será realizada de forma parcelada, mediante solicitação do SAMAE à detentora da Ata de Registro de Preços, conforme a necessidade de cada setor. Os materiais serão entregues nos locais indicados pelo SAMAE, em prazos e condições previamente estabelecidos no Termo de Referência. A detentora da Ata será responsável pela entrega dos materiais em perfeitas condições, acompanhados das respectivas notas fiscais, e pela garantia da qualidade dos produtos.

3.2.3. Benefícios da Solução:

A adoção do Registro de Preços trará os seguintes benefícios para o SAMAE:

Otimização da gestão de estoque: Redução do acúmulo de materiais e do risco de obsolescência.

Redução de custos: Obtenção de preços mais vantajosos devido à compra em grande escala.

Agilidade na aquisição: Processo simplificado e rápido, com preços e condições previamente definidos.

Atendimento à demanda: Aquisição dos materiais conforme a necessidade de cada setor do SAMAE.

Garantia da qualidade: Materiais de qualidade, com garantia e suporte técnico da detentora da Ata.

Em suma, a solução adotada garante a aquisição eficiente e econômica dos materiais, atendendo às necessidades do SAMAE e contribuindo para a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

4. DOS PARÂMETROS E REQUISITOS DA LICITAÇÃO

4.1. - Sistema de Registro de Preços:

Adotar-se-á o Sistema de Registro de Preços, instrumento auxiliar de contratação, nos termos do Art. 82 da Lei nº 14.133/21, para a aquisição de materiais de papelaria/escritório, visando a otimização dos procedimentos de contratação e a garantia da eficiência e economicidade.

4.2. Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza dos bens a serem adquiridos, caracterizados como bens comuns, e pela necessidade de contratações frequentes, com maior celeridade e transparência, para atender às demandas de diversos setores do SAMAE, em observância aos princípios da eficiência e da economicidade.

4.3. Tratamento diferenciado a Microempresas (ME) e Empresas De Pequeno Porte (EPP).

Será adotada participação exclusiva para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014), sendo o valor referencial inferior a R\$ 80.000,00 por item.

4.4. Vistoria Prévia (Visita Técnica):

Considerando a natureza dos bens a serem adquiridos, caracterizados como bens comuns de fácil especificação e padronização, a vistoria prévia (visita técnica) é dispensada, em conformidade com o princípio da eficiência e da razoabilidade.

4.5. Consórcios:

Admite-se a participação de consórcios, nos termos do Art. 15 da Lei nº 14.133/21, desde que observados os requisitos de habilitação e qualificação exigidos no edital.

4.6. Cooperativas:

Admite-se a participação de cooperativas, desde que observados os requisitos de habilitação e qualificação exigidos no edital, em conformidade com a legislação cooperativista.

4.7. Subcontratação:

Considerando a natureza dos bens a serem adquiridos, não se vislumbra a necessidade de subcontratação, em observância ao princípio da economicidade e da eficiência.

4.8. Agrupamento de Itens em Lotes:

A aquisição será realizada por item, visando a ampla participação de licitantes e a obtenção de melhores preços, em conformidade com o princípio da competitividade.

5. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

Em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e da proporcionalidade, e considerando a natureza padronizada e a ampla disponibilidade dos bens a serem adquiridos, os critérios de aceitação da proposta serão delineados de forma simplificada, visando à celeridade do certame licitatório e à otimização dos recursos públicos.

5.1. Amostras:

A apresentação de amostras dos materiais a serem adquiridos é dispensada, em virtude da clareza e objetividade das especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, bem como da natureza padronizada e da ampla disponibilidade dos bens no mercado, em observância ao princípio da razoabilidade.

5.2. Prova de Conceito:

A realização de prova de conceito é dispensada, considerando a natureza padronizada e a ampla disponibilidade dos materiais no mercado, não se justificando a exigência de tal procedimento para a avaliação da capacidade dos licitantes.

5.3. Carta de Solidariedade:

A apresentação de carta de solidariedade é dispensada, em virtude da natureza padronizada e da baixa complexidade dos materiais a serem adquiridos, não se vislumbrando a necessidade de tal garantia para a segurança da contratação.

5.4. Garantia de Proposta:

A exigência de garantia de proposta é dispensada, em observância aos princípios da economicidade e da proporcionalidade, considerando o valor estimado da contratação e a natureza padronizada dos bens, não se justificando a imposição de tal ônus aos licitantes.

6. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

6.1. Habilitação Jurídica

6.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

6.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual -

Rua Paula Bueno, 240 – Cx Postal 27 – Fone: PABX (19) 3831.9888 – Fax (19) 3831.9877 - Mogi Guaçu/SP - CEP 13840-040

E-mail licita@samaemogiguacu.com.br

Visite nosso site: www.samaemogiguacu.com.br

CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

6.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

6.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

6.1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

6.1.9 Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) n°

6.1.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.1.11 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial;

6.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

6.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

6.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n° 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.2.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.3. Qualificação econômico-financeira

6.3.1 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

6.3.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, sendo considerados aceitos, como na forma da lei, assim apresentados:

6.3.3. Sociedades regidas pelas Leis n.º s: 6.404/76 e 9.457/97 (Sociedade Anônima - S.A.): publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornais de grande circulação; ou por fotocópia extraída do Livro Diário - devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou outro órgão equivalente;

6.3.4. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA.): por fotocópia extraída do Livro Diário e que nos termos da RESOLUÇÃO CFC N.º 1.330/2011 esteja devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou por fotocópia do Balanço e da Demonstração de Resultado do Exercício (D.R.E.), nos termos da RESOLUÇÃO CFC N.º 1.330/2011 devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou outro órgão equivalente;

6.3.5. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei n.º 123/06 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES": por fotocópia do Balanço e Demonstração de Resultado do Exercício (D.R.E.) nos termos da RESOLUÇÃO CFC N.º 1.330/2011 devidamente registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou outro órgão equivalente;

6.3.6. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou outro órgão equivalente.

6.3.7. Caso a Escrituração Contábil seja na forma eletrônica, deverá estar de acordo com o disposto nas Resoluções CFC n.º 1.299/2010 e 1.329/2011 e Instrução Normativa n.º 107/08 do DNRC, sendo apresentada a impressão do Livro Digital, juntamente com o Termo de Autenticação.

6.3.8. Os Balanços, elencados nos incisos I a IV e apresentados por fotocópia extraída do Livro Diário e que nos termos da RESOLUÇÃO CFC N.º 1.330/2011 esteja devidamente autenticada na Junta Comercial ou outro órgão equivalente, deverão estar acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento que compreendam todo o exercício social.

6.3.9. Os termos de Abertura e Encerramento deverão equivaler ao período do Balanço Patrimonial correspondente ao exercício social, assim considerados os apresentados nos termos do art. 175 da 6.404/76, sendo aceitos os termos equivalentes aos balanços intermediários (mensal, bimestral, trimestral, semestral), desde que juntados todos os termos correspondentes ao período de todo exercício.

6.3.10. No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos referidos na alínea "a" limitar-se-ão ao último exercício.

6.3.11. A boa situação financeira da licitante deverá ser comprovada através dos índices econômicos assinados por profissional habilitado da área contábil, calculados a partir do balanço apresentado:

6.3.12. INDICADORES

Índice de Liquidez Geral = $(AC+RLP)/(PC+ELP) = \text{ÍNDICE} > \text{ou} = 1,00$

Índice de Liquidez Corrente = $AC/PC = \text{ÍNDICE} > \text{ou} = 1,00$

Legenda:

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável A Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível A Longo Prazo

6.3.13. O Balanço Patrimonial será avaliado nos termos da Lei.

6.4. Qualificação técnica

6.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades e prazos, com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestados fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, observada o disposto no artigo 30, inciso II, § 4º, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores.

6.4.2. Considera-se quantidade compatível a apresentação de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total estimado do lote.

6.4.3. A análise do quantitativo constante do subitem anterior poderá ser aferida através do somatório de qualquer dos itens constantes do lote, vez que estes foram licitados por produtos afins.

6.4.4. O quantitativo previsto no subitem anterior poderá ser comprovado por intermédio da apresentação de múltiplas Certidões ou Atestados.

6.4.5. O(s) Atestado(s) dever(ão) ser apresentados em papel timbrado, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu, com a devida identificação e cargo.

6.4.6. O(s) Atestado(s) poderá(ão) ser objeto(s) de diligência, a critério desta Prefeitura, para verificação de autenticidade de seu(s) conteúdo(s).

6.4.7. Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, inclusive validação do contrato de prestação de serviços entre o emissor do atestado e a licitante, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

6.4.8. Declaração que, se vencedora do certame apresentará em até 07 (sete) dias úteis, as amostras de todos os itens que compõe o lote, junto aos laudos/documentos descritos no termo de referência, a não apresentação ou a reprovação acarretará a desclassificação da mesma para o lote. (SOMENTE PARA VENCEDORA)

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Prazo de entrega/execução

O prazo máximo para a entrega dos materiais será de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, em observância ao princípio da razoabilidade e da eficiência.

7.2. Local, Horário e Endereço de Entrega:

7.2.1. As entregas deverão ser realizadas no Pátio do SAMAE, localizado na Av. Paulista, 387 – Jd.

Centenário, no horário das 07h00min às 11h00min e das 12h00min às 16h00min, em dias úteis.

7.2.2. Os materiais deverão ser acondicionados em embalagens adequadas, devidamente identificadas, de modo a assegurar a integridade e a qualidade dos produtos durante o transporte e o armazenamento.

7.2.3. Em caso de impossibilidade de entrega na data estipulada, a contratada deverá comunicar o fato à contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, apresentando justificativa fundamentada, para que seja analisada eventual prorrogação do prazo, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas.

7.2.4. A contratada será integralmente responsável por todas as despesas relativas à mão de obra, transporte/frete e encargos trabalhistas decorrentes da execução do contrato.

7.2.5. O fornecimento dos materiais será realizado de forma parcelada, mediante solicitação da Autarquia, em conformidade com as necessidades e a disponibilidade orçamentária.

7.3. Garantia de Execução do Contrato:

Em virtude da natureza padronizada e da baixa complexidade dos materiais a serem adquiridos, a garantia de execução do contrato é dispensada, em observância ao princípio da proporcionalidade e da economicidade.

7.4. Garantia do Produto, Manutenção e Assistência Técnica:

Os materiais adquiridos deverão ser acompanhados de garantia de fábrica, em conformidade com as especificações técnicas dos produtos e a legislação vigente, assegurando a qualidade e a durabilidade dos bens.

8. GESTÃO DO CONTRATO - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

8.1 Da contratada:

8.1.1 Obriga-se a empresa vencedora:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios,

defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

- m)** manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- n)** realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/).

8.2 Da contratante

8.2.2 - Obrigação da Administração/Contratante:

- a)** comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b)** efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c)** promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d)** rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e)** observar para que durante a vigência da Ata de Registro de Preços sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f)** aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g)** prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h)** demais condições constantes do edital de licitação.

9 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Modalidade de Contratação:

A presente licitação será realizada sob a modalidade de Registro de Preços, nos termos do Art. 82 da Lei nº 14.133/21, visando à seleção de fornecedores para o fornecimento futuro e eventual de materiais de papelaria/escritório.

9.1.1. Vigência da Ata de Registro de Preços:

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, em conformidade com o Art. 105 da Lei nº 14.133/21, podendo ser prorrogada por igual período, mediante justificativa e interesse da Administração, nos termos dos Arts. 106 e 107 da referida lei.

9.2 Gestão e Fiscalização

9.2.1 Gestor:

Nome: Celso Ricardo Pereira da Silva

Cargo: Secretário Autárquico de Suprimentos

E-mail: licita@samaemogiguacu.com.br

9.2.1.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

9.2.1.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.2.1.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.2.1.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e

administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.2.1.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.2.1.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.2.1.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9.3 Fiscal:

Nome: Paulo Sérgio Galvão

Cargo: Encarregado do Setor de Almoxarifado

E-mail: almoxarifado@samaemogiguacu.com.br

9.3.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

9.3.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

9.3.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificação para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.3.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.3.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.3.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1 – O Prazo de troca para bens rejeitados será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às custas da Detentora da Ata, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.2 Prazo de liquidação do documento fiscal será de 30 (trinta) dias

10.2.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

10.2.1.1 o prazo de validade;

10.2.1.2 a data da emissão;

10.2.1.3 os dados do Registro de Preços e do órgão contratante;

10.2.1.4 o período respectivo de execução da Ata;

10.2.1.5 o valor a pagar; e

10.2.1.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.1.7 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.2.1.8 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.1.9 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências

impeditivas indiretas (**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018**).

10.2.1.10 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.2.1.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.1.12 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.1.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da Ata, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.2.1.14 - O Prazo de recebimento definitivo do objeto será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.2.1.15 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.2.1.16 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.2.1.17 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.2.1.18 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do registro de preços.

10.2.1.19 O Prazo de pagamento será de 30 dias.

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 Para cobrir as despesas oriundas desta aquisição, será onerada a seguinte dotação orçamentária do programa para o exercício de 2.025:

48 - 041806-1751250072.579 – 33903000

12 - DO VALOR ESTIMADO

12.1 O valor máximo estimado será de **R\$127.227,85** (Cento e vinte e sete mil, duzentos e vinte e sete reais e oitenta e cinco centavos), sendo este o valor máximo aceito pelo SAMAE.

13 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

13.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço individual.

14- INDICAÇÃO RESPONSÁVEL NO ÓRGÃO PELOS ENCAMINHAMENTOS DE EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS

14.1 Os recursos e impugnações serão dirigidos ao Setor de Licitações, através dos Agentes de Contratação, tendo como responsável:

Rodrigo de Oliveira Colombo – email: cl-pregão2@samaemogiguacu.com.br

Mogi Guaçu, 22 de Setembro de 2.025

Reinaldo dos Santos Ribeiro Viana
Gestor Autárquico de Compras e Suprimentos

Aprovado pelo secretário

Celso Ricardo Pereira da Silva
Secretário Autárquico de Suprimentos

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO III
PROPOSTA FINAL ATUALIZADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2.025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01138/2.025

Dados da empresa: Razão Social: CNPJ:
Endereço:
Telefones:
E-mail institucional:
Dados bancários:

LOTE 01 - PASTAS					
ITEM	QUANT	UNID.	PRODUTO / DESCRIÇÃO	Valor Unitário	Valor Global
1	350	UN	Arquivo morto em polionda na cor azul, em chapa de polipropileno (pp) alveolar com aditivo antichama. Medidas: 350 x 235 x 130 (mm). Gramatura mínima: 320 g/m ² . Espessura de 2,00 mm. Deverá conter impresso em uma das faces informações como: Identificação do órgão, instruções administrativas, entre outros. Deverá constar marca no produto. Produto registrado no INMETRO.	R\$	R\$
11	15	PCT	Pasta plástica "L", nas medidas 220 x 335 mm. Acabamento em solda reforçada e pontilhada. Fabricada em polipropileno (pp). Deverá conter marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto registrado no INMETRO. Pacote com 10 unidades.	R\$	R\$
34	30	UN	Pasta com aba e elástico, confeccionada em papel cartão duplex, nas cores azul, amarela, vermelha, rosa, preta, branca, verde e laranja, medidas aproximadas 230 mm x 340 mm. Devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$	R\$
35	20	UN	Pasta polionda com elástico, cores variadas a serem solicitadas, nas medidas aproximadas 335 x 225 x 55 (mm). Fabricada em polipropileno corrugado e chapa alveolar. Produto livre de Bisfenol. Deverá conter marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto certificado pelo INMETRO.	R\$	R\$

LOTE 02 – MATERIAIS DE EXPEDIENTE					
ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO / DESCRIÇÃO	Valor Unitário	Valor Global
14	10	UN	Caixa para correspondência dupla, nas medidas aproximadas 35 x 22,5 x 7,0 (cm), bandeja deslizante, articulável, na cor cristal ou fumê. Embalada individualmente com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$	R\$
27	25	UN	Caneta corretiva de no mínimo 8 ml, indicada para correção de qualquer tipo de escrita, secagem rápida. Caixa com 12 unidades. Deverá conter marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$	R\$
02	630	UN	Caneta esferográfica azul, composição: corpo cilíndrico ou sextavado transparente, ponta média 1,0mm., com esfera de		

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

			tungstênio, tampa em polipropileno com furo anti-asfixiante e clip para fixação no bolso na cor da tinta, tubo de carga em polipropileno transparente, tampa inferior em polietileno na cor da tinta. Tinta da caneta na cor azul, atóxica, comprimento mínimo sem a tampa de 140 mm, preenchimento de tinta até a ponta de no mínimo 110 mm. Produto certificado pelo INMETRO.	R\$	R\$
03	150	UN	Caneta esferográfica preta, composição: corpo cilíndrico ou sextavado transparente, ponta média 1,0mm., com esfera de tungstênio, tampa em polipropileno com furo anti-asfixiante e clip para fixação no bolso na cor da tinta, tubo de carga em polipropileno transparente, tampa inferior em polietileno na cor da tinta. Tinta da caneta na cor preta, atóxica, comprimento mínimo sem a tampa de 140 mm, preenchimento de tinta até a ponta de no mínimo 110 mm. Produto certificado pelo INMETRO.	R\$	R\$
19	30	UN	Caneta esferográfica vermelha, composição: corpo cilíndrico ou sextavado transparente, ponta média 1,0mm., com esfera de tungstênio, tampa em polipropileno com furo anti-asfixiante e clip para fixação no bolso na cor da tinta, tubo de carga em polipropileno transparente, tampa inferior em polietileno na cor da tinta. Tinta da caneta na cor vermelha, atóxica, comprimento mínimo sem a tampa de 140 mm, preenchimento de tinta até a ponta de no mínimo 110 mm. Produto certificado pelo INMETRO.	R\$	R\$
13	15	UN	Caneta para identificar notas falsas.	R\$	R\$
32	40	CX	Clips nº 8/0, confeccionado com arame de aço galvanizado. Embalagem com 500 gramas, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$	R\$
20	260	UN	Cola bastão reposicionável, lavável, contendo 20 gramas. Livre de ácidos. Produto indicado para colar e descolar, sem fixação definitiva. Composição: Poliacrilato, pirrolidona polivinila, estearato de sódio, glicerina, óleo de silicone dimetil e água. Embalagem devidamente identificada com marca, informações sobre o produto, dados do fabricante e certificação do INMETRO.	R\$	R\$
28	15	UN	Cola líquida branca 90 gramas, atóxica e inócuo. Teor de sólidos 30% a 31%. Composição: Base de acetato de polivinila (PVA), disperso em solução aquosa. Embalagem de 90 gramas com tampa flip top, devidamente rotulado com a marca, informações sobre o produto e dados de identificação do fabricante. O vencedor deverá apresentar laudos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO que comprove o teor de sólidos.	R\$	R\$
26	5	CX	Colchete latonado nº 15, formato "bailarina, fabricado em chapa de aço, medidas aproximadas: 14 (cabeça) x 100 (perna/comprimento) (mm). O produto deverá ser acondicionado em caixa de papelão com 72 unidades. Constar na embalagem: marca, código de barras e dados de identificação do fabricante.	R\$	R\$
15	10	CX	Etiqueta adesiva "formato carta" nas medidas 279,4 x 215,9 mm. Embalagem com 100 folhas contendo 1 etiqueta cada	R\$	R\$

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

			(totalizando 100 etiquetas), na cor branca. Devidamente identificado com a marca, informações do produto e dados do fabricante.		
24	5	UN	Fita corretiva 5 mm x 10 m, produto de fácil aplicação, boa cobertura e secagem rápida. Composição: Pigmentos e polietileno. Devidamente rotulado com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto certificado pelo INMETRO.	R\$	R\$
04	20	UN	Fita de impressão para calculadora nylon, preto/vermelho, nas medidas 13 mm x 5 m.	R\$	R\$
05	20	UN	Grampeador de mesa, podendo ser solicitado nas cores: verde, azul, roxo, rosa e branco, formato anatômico, sendo base e corpo em ABS de mesma cor e trilho cromado. Medindo 125 (comprimento) x 40 (largura) x 50 (altura) (mm). Indicado para grampear até 20 folhas. Acondicionado individualmente em caixa. Embalagem contendo informações do produto marca referência e código de barras.	R\$	R\$
17	10	UN	Grampeador de metal com pintura eletrostática e capacidade para até 50 folhas, utiliza grampos da linha 23, 24 e 26. Capacidade (reservatório de grampos) mínima: 190 grampos. Medidas aproximadas: 160 x 65 x 38 (mm). Embalagem individual, devidamente rotulada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$	R\$
18	10	CX	Grampo para grampeador 23/10, fabricado em arame de aço galvanizado. Embalagem com 1000 unidades, devidamente rotulada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$	R\$
25	40	CX	Grampo para grampeador 26/6, fabricado em aço galvanizado. Embalagem com 5.000 unidades, devidamente rotulada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$	R\$
06	40	CX	Grampo trilho de metal 80 mm. Embalagem com 50 unidades, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$	R\$
16	10	UN	Perfurador de papel para 60 folhas, em ferro fundido. Perfura através de alavanca. Embalagem devidamente identificada com a marca, informações do produto e dados do fabricante.	R\$	R\$
22	20	UN	Pincel para quadro branco, cor azul, recarregável, com ponta redonda de 4 mm, com tinta de secagem rápida e resistente. Medindo 13 cm de comprimento com tampa na cor da tinta. Devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$	R\$
21	20	UN	Pincel para quadro branco, cor preta, recarregável, com ponta redonda de 4 mm, com tinta de secagem rápida e resistente. Medindo 13 cm de comprimento com tampa na cor da tinta. Devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$	R\$
23	20	UN	Pincel para quadro branco, cor vermelha, recarregável, com ponta redonda de 4 mm, com tinta de secagem rápida e resistente. Medindo 13 cm de comprimento com tampa na cor da tinta. Devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$	R\$
30	5	UN	Tinta para carimbo na cor azul, embalado em frasco de no mínimo 40 ml, devidamente rotulado com marca, informações	R\$	R\$

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

			sobre o produto e dados do fabricante.		
31	10	UN	Tinta para carimbo na cor preto, embalado em frasco de no mínimo 40 ml, devidamente rotulado com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante.	R\$	R\$
LOTE 03 – MATERIAIS SUSTENTÁVEIS					
ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO / DESCRIÇÃO	R\$	Valor Global
29	25	UN	Borracha branca macia, com capa em formato ergonômico na cor verde, com impressão da marca, medindo 60 mm x 21 mm x 10 mm. Produto atóxico. Composição: borracha sintética e capa em poliestireno reciclado. Embalagem contendo: selo do INMETRO, código de barras informações e validade do produto.	R\$	R\$
36	40	UN	Caderno espiral 1/4, 96 folhas, dimensões mínimas: 140 mm x 200 mm, miolo branco gramatura mínima: 56 g/m ² , com pautas e margens, capa e contracapa em papelão com gramatura mínima de 680 g/m ² e revestido com papel couchê 115 g/m ² , plastificado. Produto devidamente identificado com marca, informações e selo de certificação florestal FSC.	R\$	R\$
10	225	UN	Caneta marca texto com ponta chanfrada nas cores amarela, rosa, verde, roxa e azul, traços de 1,0 (sublinhar) e 4,00 (destacar) (mm), tinta superfluorescente. Composição: Corpo e tampa em Politereflato de etila reciclado e tinta à base de água. Deverá conter marca e código de barras no produto. Produto certificado pelo INMETRO.	R\$	R\$
07	1.500	PCT	Papel sulfite branco 75g, tamanho A4. Medidas: 210 x 297 (mm). Embalagem com 500 unidades, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto, dados do fabricante e selo de certificação FSC ou CEFLOR.	R\$	R\$
33	25	UN	Régua de 30 cm, injetada em material plástico reciclado rígido, na cor cristal, possuindo chanfros em cada lado com 2 escalas, uma para destros e outra para canhotos, no lado canhoto deverá conter tarja colorida para diferenciar ambas. A impressão das escalas, deverá ser feita na cor preta em processo de tampografia. Medidas aproximadas do produto: 310 (comprimento) x 40 (largura) (mm). Espessura: 04 (mm) na parte maior e 1,5 (mm) na parte menor (pontas chanfro). Deverá conter marca no produto. Produto certificado pelo INMETRO.	R\$	R\$
12	10	UN	Tesoura multiuso medindo 21 cm de comprimento, cabo anatômico sustentável na cor azul com encaixe para 03 dedos, lâmina com marca impressa, ponta arredondada. Composição: Cabo feito de material 100% reciclado e lâmina em aço inoxidável. Acondicionado individualmente em blister, contendo informações do produto marca referência e código de barras.	R\$	R\$
LOTE 04 - PILHAS					
ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO / DESCRIÇÃO	Valor Unitário	Valor Global
09	105	UN	Pilha palito, alcalina "AAA", 1,5V, com polos positivos e negativos. Livre de metais pesados. Embalagem contendo até 04 unidades, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto	R\$	R\$

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

			em conformidade com a resolução Conama 401.		
08	150	UN	Pilha pequena, alcalina "AA", 1,5V, com polos positivos e negativos. Livre de metais pesados. Embalagem contendo até 04 unidades, devidamente identificada com marca, informações sobre o produto e dados do fabricante. Produto em conformidade com a resolução Conama 401.	R\$	R\$

Validade da proposta:

Prazo de entrega:

Demais informações, caso o edital requeira.

Declaro que o preço e demais informações desta proposta compreendem todas as despesas referentes ao objeto do presente certame.

, dia de de 2025.

Nome do responsável e assinatura

Nome da empresa

CNPJ nº

Carimbo da empresa

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/2.025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 01138/2.025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS.

Validade: 12 meses

Aosdo mês de do ano de Dois Mil e Vinte e Quatro , O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MOGI GUAÇU - SAMA E, com sede nesta cidade e comarca de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo, na Rua Paula Bueno, n.º 240, Centro, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 46.255.196/0001-66 e Inscrição Estadual n.º 455.172.785.115, neste ato representado pelo Superintendente MARIO ANTONIO ZAIA, doravante denominado Simplesmente SAMA E, abaixo assinado, nos termos do artigo 40 da Lei Federal n.º 14.333/2021 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas para o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS da licitação Pregão Eletrônico Nº01138/2025, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO PREÇO 25/2025, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital da referida licitação, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes	CPF/CNPJ
.....
.....

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: REGISTRO PREÇO PARA.....**, em um prazo que se estende até a partir da assinatura da presente ATA, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do SAMA E, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor:(CNPJ)						
Sem lote/OU LOTE 1 OU 2 OU 3						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
2

Fornecedor: (cnpj.....)						
Sem lote/OU LOTE 1 OU 2 OU 3						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
47

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses, contados a partir da sua assinatura.

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o SAMAE não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usada e gerenciada pelo SAMAE.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no(a) **Pregão Eletrônico N.º. 25/2025**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico N.º. 25/2025** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO

4.

4.1. Do Recurso Financeiro - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgao	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, **independente da quantidade solicitada.**

5.1. Local de entrega:

CLÁUSULA VI - DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 156 da Lei Federal n.º. 14.133/2021 e alterações.

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

6.1.5 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo SAMAE, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 14.133/2021 e alterações

CLÁUSULA VII - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o disposto no artigo 82, §5º, inciso IV e artigo 84 da Lei 14.133/2021, em caso de eventual prorrogação da vigência da presente ata de registros de preços, os preços poderão ser atualizados com base no acumulado do índice inflacionário IPCA no período de vigência original.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 75, inciso III, alínea b da Lei nº. 14.133/2021 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA VIII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após

01(um) dia da publicação.

8.3 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo SAMAE através da Secretaria Autárquica requisitante, gerenciadora da mesma.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo SAMAE, total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto.

10.4 O SAMAE não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Em caso de fornecimento de equipamentos, prestar garantia mínima de 12 meses sobre os mesmos contra defeito de fabricação.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico N°. 25/2025 juntamente com seus anexos, e as propostas das empresas classificadas no mesmo.

12.1 Fica eleito o foro de Mogi Guaçu - SP, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei n°. 14.133/2021 e alterações, e demais normas aplicáveis.

ANEXO V

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 01138/2025

Objeto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2025

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MOGI GUAÇU - SAMAE, com sede na Rua Paula Bueno, n.º 240, Centro, na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 46.255.196/0001-66 e Inscrição Estadual n.º 455.172.785.115, neste ato, representado pelo Superintendente, MARIO ANTONIO ZAIA, de agora em diante designada **CONTRATANTE** e a empresa XXX, inscrita no CNPJ nº 000, estabelecida em XXX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio-Gerente XXX, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 0240/2024, homologado em 00/00/202X, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA

CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR (art. 92, II)

1. Este contrato é vinculado ao edital do Processo Licitatório nº 01138/2025, homologado em 00/00/2025, e à proposta do licitante vencedor XXX.

CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito

CLÁUSULA QUARTA: REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO (art. 92, IV)

O contratado deverá reunir as condições necessárias para fornecer os serviços/produtos solicitados, com suporte etc...

CLÁUSULA QUINTA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V)

1. PREÇO:

CLÁUSULA SEXTA: PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO (art. 92, VI)

Após entrega da ordem de compra e conclusão do serviço será realizado o pagamento em conta indicada pela empresa vencedora.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO

O Contrato terá vigência a partir de sua assinatura até o findar das atividades.

CLÁUSULA OITAVA: O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA

Os Recursos serão próprios do município, prevista no orçamento para o exercício de 2025 e 2026, conforme segue:

Dotação	Unidade	Elemento	Total Relacionado

CLÁUSULA SEXTA: A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO (art. 92, XVI)

1. O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ (art. 92, XVII)

1. O CONTRATADO fica obrigado a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Gestor:/Gestor Substituto

Fiscal:/Fiscal Substituto

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: OS CASOS DE EXTINÇÃO (art. 92, XIX)

1. Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, caput da Lei nº 14.133/2021):
 - a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
 - b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
 - c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 - d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO;
 - e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
 - f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
 - g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
 - h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 1.1. As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021):
- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
 - b) Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
2. O CONTRATADO terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):
- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
 - b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
 - c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
 - d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
 - e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
3. A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):
- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
 - c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 3.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o CONTRATADO será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- a) Devolução da garantia;
 - b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
 - c) Pagamento do custo da desmobilização.
4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº

14.133/2021):

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
 - b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
 - c) Execução da garantia contratual para:
 - i) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - ii) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - iii) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - iv) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
 - d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.
- 4.1. A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.
- 4.2. Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.
5. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: FORO (art. 92, § 1º)

1. É declarado competente o foro de Mogi Guaçu-SP para dirimir qualquer questão contratual, ressalvadas as seguintes hipóteses:
 - a) Licitação internacional para a aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte ou por agência estrangeira de cooperação;
 - b) Contratação com empresa estrangeira para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior precedida de autorização do Chefe do Poder Executivo;
 - c) Aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

1. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA.
2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:
 - a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
 - b) O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;
 - c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Mogi Guaçu / SP
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

- i) Eventualmente, podem as partes convencionar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;
- d) Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.
 - i) Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;
- 3. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
- 4. Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.
- 5. No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas no Decreto Municipal que regulamenta a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
- 6. A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.
- 7. A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.
 - 8. As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.
- 9. A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.
- 10. A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.

- 10.1. Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.
11. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.
12. Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.
13. O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.
14. A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
15. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
- 15.1. Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.
16. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 *LGPD).
- 16.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: PUBLICAÇÃO

1. Este contrato será publicado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura das partes (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021).
2. Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:
 - I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP
 - II - Página do SAMA E
 - III - Diário Oficial do Município;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÕES

Ao SAMAE de Mogi Guaçu/SP

Ref.: Pregão Eletrônico nº 25/2025 – Processo nº 01138/2025

1) DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR, PARENTESCO OU VÍNCULO COM OS AGENTES VINCULADOS À LICITAÇÃO OU AO SEU RESPECTIVO PROCESSO

A ...(razão social da licitante)..., inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, sr(a), portador(a) do CPF nº, considerando o disposto art. 14, inc. IV da Lei Federal nº 14.133/2021, **DECLARA**, para todos os efeitos legais que:

- a) não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m) cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nem vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, com agentes ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou agentes que tenham exercido atribuições administrativas no presente processo, nos termos da Legislação vigente;
- b) está ciente da vedação da subcontratação, quando **E SE** autorizada pelo CONTRATANTE, de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta, mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente no exercício de atividades administrativas na licitação ou com agente ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento vinculado direta ou indiretamente a unidade situada na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou se deles forem companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive; e
- c) são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.

(Local e data)

(Assinatura da licitante/**representante legal da empresa**)

2) DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

A ...(razão social da licitante)..., inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, sr(a), portador(a) do CPF nº, **DECLARA**, para todos os efeitos legais que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

(Local e data)

(Assinatura da licitante/**representante legal da empresa**)

3) DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

A ...(razão social da licitante)..., inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, sr(a), portador(a) do CPF nº, **DECLARA**, para todos os efeitos legais, que cumprirá, caso aplicável, as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

(Local e data)

(Assinatura da licitante/**representante legal da empresa**)

4) DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES, CONTEÚDO E DOCUMENTOS APRESENTADOS

A ...(razão social da licitante)..., inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, sr(a), portador(a) do CPF nº, **DECLARA**, para todos os efeitos legais, a veracidade de todas as informações, declarações, conteúdos e dos documentos apresentados, firmando compromisso de colaboração em eventuais diligências e esclarecimentos.

(Local e data)

(Assinatura da licitante/**representante legal da empresa**)

